

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 16667462/2026

OBSERVAÇÃO:

O LICITANTE DEVE ATENTAR PARA A ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO CONSTANTE DO EDITAL E NÃO PARA A DESCRIÇÃO DO ITEM DO PREGÃO NO "COMPRAS.GOV.BR".

É DE RESPONSABILIDADE DO CADASTRADO CONFERIR A EXATIDÃO DOS SEUS DADOS CADASTRAIS NOS SISTEMAS E MANTÊ-LOS ATUALIZADOS JUNTO AOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA INFORMAÇÃO, DEVENDO PROCEDER, IMEDIATAMENTE, À CORREÇÃO OU À ALTERAÇÃO DOS REGISTROS TÃO LOGO IDENTIFIQUE INCORREÇÃO OU AQUELES QUE SE TORNEM DESATUALIZADOS.

PREGÃO ELETRÔNICO 90.008/2026

CONTRATANTE (UASG)
(956520)

OBJETO

Contratação de solução de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede (Network Security Policy Management - NSPM), instalação e configuração da solução, treinamento e suporte por 36 meses.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 1.249.258,83

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 08/06/2026 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor preço global

MODO DE DISPUTA:
Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
Sim

Sumário

- [1. DO OBJETO:](#)
- [2. DO REGISTRO DE PREÇOS](#)
- [3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO](#)
- [4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO](#)
- [5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA](#)
- [6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES](#)
- [7. DA FASE DE JULGAMENTO](#)
- [8. DA FASE DE HABILITAÇÃO](#)
- [9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS](#)
- [10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA](#)
- [11. DOS RECURSOS](#)

[12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES](#)

[13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO](#)

[14. DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO](#)

[15. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO](#)

[16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS](#)

EDITAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - MPSP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.008/2026

Processo Administrativo nº 060/25-FED

Processo SEI nº 29.0001.0108979.2025-49

Torna-se público que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, por meio do sistema de compras eletrônico do Governo Federal *Compras.gov.br*, por intermédio da Comissão de Contratação, sediada à Rua Senador Feijó, 176, 8º andar- sala 813 – Centro – São Paulo/SP; realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e das Resoluções PGJ aplicáveis, disponíveis no sítio eletrônico <https://mpsp.mp.br/resolucoes-procuradoria-geral-de-justica>, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

1. DO OBJETO:

O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para fornecimento de ferramenta de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede (Network Security Policy Management - NSPM), incluindo licenças de uso, serviços de implementação, configuração, treinamento e suporte técnico, para atender às necessidades de segurança da informação e infraestrutura de rede por 36 meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.1. A licitação será realizada em grupo único, formado por 05 itens, conforme constante do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação

por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.3. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.4. Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:
- 3.5.1. Para o grupo único, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);
- 3.6.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.6.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- 3.6.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.6. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.6.7. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- 3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata o subitem anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o subitem 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.10. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.1.1. As disposições deste Edital que tratam especificamente da forma de realização da fase de habilitação são aplicáveis na hipótese em que a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento,

se ausente previsão expressa em sentido diverso.

- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos subitens 4.5.1 e 4.5.2 subsequentes.
- 4.5.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, no item 3.
- 4.5.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.5.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no subitem 4.5.1 ou no subitem 4.5.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 4.5.4. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.
- 4.6. A falsidade da declaração de que trata os subitens 4.3 a 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo

vedado:

- 4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando definido no início deste Edital o critério de julgamento por menor preço.
- 4.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 5.1.1. Valor Global
 - 5.1.2. Marca;
 - 5.1.3. Fabricante;
 - 5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital;
- 5.2. O envio da proposta vinculará o licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.
- 5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
 - 5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
 - 5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 5.10. Os valores deverão ser calculados com duas casas decimais.
- 5.11. O valor proposto será fixo e nele deverão estar incluídos todos os tributos, fretes, taxas e demais custos necessários ao fornecimento dos bens objeto desta licitação.
- 5.12. Os preços ofertados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional e apurados na data de sua apresentação, sem a inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.
- 5.13. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

- 5.14. Na formulação da proposta de preços, o licitante deverá computar todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que estiver sujeita.
- 5.15. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no edital e seus anexos.
- 5.16. É responsabilidade de cada licitante observar a tributação aplicável ao seu caso.
- 5.17. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.
- 5.18. Será obrigatória a apresentação de proposta para todos os itens que compõem o objeto como um todo.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Considerando a adoção do modo de disputa "aberto" para o envio de lances no pregão eletrônico, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.15.1. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação ao grupo único não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
- 6.19.2.2. empresas brasileiras;
- 6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta

adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, conforme modelo constante do Anexo III, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.4.1. Deverão ser indicadas no modelo de proposta (Anexo III) as seguintes informações do licitante e todos os representantes:

6.20.4.1.1. Da empresa:

- a) Número do CNPJ;
- b) Razão Social;
- c) Endereço completo;
- d) Telefone(s) comercial; e
- e) E-mail comercial.

6.20.4.1.2. Do(s) representante(s):

- a) N° do CPF;
- b) Nome completo;
- c) E-mail;
- d) Telefone;
- e) Se é sócio administrador.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.20.6. É vedada, nas negociações, a oferta, pelo licitante, de vantagens não previstas no edital ou que dependam de contrapartidas ou assunção de obrigações pela administração.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.22. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, juntada aos autos.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), legislação correlata e no subitem 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

7.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2. A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas

Indiretas.

- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 3.5 e 4.5 deste Edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.
 - 7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
 - 7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o subitem 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 7.7.1. contiver vícios insanáveis;
 - 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
 - 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 7.8. Identificados indícios de inexequibilidade da proposta apresentada pelo primeiro colocado, o pregoeiro, antes de iniciar as negociações, deverá solicitar que o licitante comprove a exequibilidade.
- 7.9. Em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços ou outra espécie de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
 - 7.11.1. O ajuste de que trata o subitem anterior se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
 - 7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no subitem 1.13 do Anexo I - Termo de Referência deste edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 8.3. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei

e em outras normas específicas.

- 8.4. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.5. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.5.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 8.6. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 8.6.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 8.7. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.7.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.8. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.8.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):
- 8.9.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.9.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 8.10. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no subitem 8.7.1.
- 8.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.13. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, no item 3.
- 8.13.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições do subitem anterior deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.
- 8.14. A disciplina da adjudicação, da homologação e da contratação encontra-se no item 14 deste Edital.
- 8.15. Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.
- 8.16. As certidões apresentadas serão consideradas válidas pelo período de 180 (cento e oitenta) dias da data de expedição, na hipótese de não constar prazo de validade no documento.
- 8.17. As certidões Positivas com efeito de Negativas terão o mesmo efeito de Certidões Negativas.

- 8.18. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente edital.
- 8.19. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.20. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços

11. DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
 - 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. As razões de recurso e as contrarrazões serão oferecidas, por meio eletrônico, no sítio www.gov.br/compras/pt-br.
- 11.9. Se houver a necessidade de apresentação de documentos, atinentes ao recurso ou às contrarrazões, que não puderem ser oferecidos no ambiente eletrônico, deverão ser apresentados mediante protocolo, na Comissão de Contratação, situada à Rua Senador Feijó, 176, 8º andar- sala 813 – Centro – São Paulo, observados o prazo de 3 (três) dias úteis.
- 11.10. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.11. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.12. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, por meio do Sistema SEI do MPSP, mediante prévia solicitação, bem como será assegurada vista imediata dos autos, no endereço da unidade promotora da licitação, ou seja, Rua Senador Feijó, 176, 8º andar- sala 813 – Centro – São Paulo.
- 11.13. A falta da manifestação imediata e motivada do licitante, importará a decadência do direito de recurso e o processo será encaminhado à autoridade competente para adjudicação e homologação.
- 11.14. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
 - 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
 - 12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
 - 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 12.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou
 - 12.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;
 - 12.1.6. não celebrar a contratação ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
 - 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, conforme Resolução nº 308/2003 - P.G.J., de 18 de março de 2003, alterada pela Resolução nº 1.780/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024 e aplicada após regular processo administrativo.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

- 12.6. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no subitem 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos subitens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no subitem 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.
- 12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.
- 12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.
- 12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

- 13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por meio de correio eletrônico para o endereço “pregao@mpsp.mp.br”.
- 13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.
- 13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado no subitem subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no endereço eletrônico “www.mpsp.mp.br”, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.
- 13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.
- 13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.
- 13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 14.1. O objeto deste Pregão deverá ser entregue/executado conforme disciplinado abaixo e no Termo de Referência, na Rua Riachuelo 115, Centro, São Paulo, SP – Telefones: (11) 3119-9223, ou outro local, nos limites da Capital, a critério da Administração, mediante aviso por escrito com antecedência mínima de 48 horas:
- 14.2. Item 01: em até 30 (trinta) dias corridos a contar do primeiro dia útil seguinte à data de assinatura eletrônica do contrato pelo último signatário;
- 14.3. Item 02: em até 60 (sessenta) dias corridos, a contar do aceite definitivo do item 1;
- 14.4. Item 03: em até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar do aceite definitivo do item 2;
- 14.5. Item 04: durante 36 (trinta e seis) meses, a contar do aceite definitivo do item 2;
- 14.6. Item 05: sob demanda, a partir do aceite definitivo do item 2, durante a vigência do contrato;
- 14.7. Os prazos e métodos para o recebimento provisório e definitivo, bem como a garantia, estão definidos no Termo de Referência.

15. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 15.1. O recebimento provisório e definitivo do objeto contratual será realizado na forma do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.
- 15.2. Os prazos e métodos para o recebimento provisório e definitivo estão definidos no Anexo I – Termo de Referência e no Anexo VI – Minuta de Termo de Contrato.

16. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 16.1. O pagamento será efetuado no 30º (trigésimo) dia, a contar da data do aceite definitivo correspondente ao item/etapa a que se referir o pagamento, a ser efetuado pelo CONTRATANTE, e se processará mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA no Banco do Brasil S/A, nos termos da legislação vigente. I

Para o Item 4 (Suporte Técnico), o pagamento mensal será efetuado a contar do aceite definitivo da prestação do serviço referente ao respectivo período. Para o Item 5 (Banco de Horas), quando houver utilização, o pagamento será efetuado a contar do aceite definitivo da medição das horas efetivamente executadas no período

16.1.1. O Ministério Público do Estado de São Paulo poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

16.2. A despesa decorrente da presente licitação irá onerar recursos dos elementos 339040.90 - Serviços de Tecnologia da Informação, 339039.61- Treinamentos/Cursos, onerando recursos da UGO 270010, UGE 270033 – FED-Ministério Público, PTRES 270106 da Atividade 615 – Aperfeiçoamento das Atividades do Ministério Público, Fonte de recursos 175930005.

16.3. Havendo atraso nos pagamentos, sobre a quantia devida incidirá correção monetária nos termos do artigo 74 da Lei estadual nº 6.544/1989, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados 'pro rata tempore' em relação ao atraso verificado.

16.4. Constitui condição para a realização do pagamento, a inexistência de registros em nome da CONTRATADA no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento.

16.5. Deverá ser observada a obrigatoriedade da emissão da nota fiscal eletrônica (NF-e), conforme o caso e nos termos da legislação em vigor.

16.5.1. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

16.5.2. A Contratada não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo do contrato.

17. DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

17.1. As regras relativas à fiscalização e à gestão do contrato estão disciplinadas no Anexo I – Termo de Referência e no Anexo VI – Minuta de Termo de Contrato.

18. DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

18.1. A adjudicatária deverá observar os termos da Resolução nº 1.771/2024 – PGJ, de 30 de janeiro de 2024, que trata da implantação de programa de integridade nas contratações do Ministério Público do Estado de São Paulo, conforme disciplinado no Anexo I – Termo de Referência e no Anexo VI – Minuta de Termo de Contrato.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

19.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

19.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 19.2.

19.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato.

19.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

19.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos no subitem anterior por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

19.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

19.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

19.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

19.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;

19.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;

19.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

19.2.2.1. O prazo para assinatura previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

19.2.2.2. O contrato será assinado com a utilização de meio do Sistema Eletrônico Informações – SEI, nos termos da legislação aplicável.

19.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

19.2.2.4. Para a assinatura do contrato, a adjudicatária deverá efetuar o cadastro de seu(s) representante(s) legal(is) junto ao Sistema SEI do MPSP, por meio do link: https://wwwj.mpsp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0.

19.2.2.5. O cadastro também poderá ser efetuado por meio do portal eletrônico institucional do MPSP, isto é, www.mpsp.mp.br (ir até o campo "Itens úteis", situado na parte inferior da página principal; em seguida, clicar em "sei! Sistema Eletrônico de Informações"; por fim, clicar em "ACESSO AO SEI USUÁRIO EXTERNO").

19.2.2.6. O Sistema SEI do MPSP também será utilizado para fins de remessa de qualquer notificação oriunda do MPSP. Havendo alteração de qualquer informação constante do cadastro efetuado junto ao Sistema SEI do MPSP, a contratada deverá atualizar o cadastro, sob pena de ser considerado o cadastro existente no momento do envio da notificação.

19.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato ou não aceitar, retirar ou receber instrumento equivalente, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

19.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

19.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

19.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.6. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.7. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

19.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.10. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.10.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo

retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

- 19.10.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 19.11. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.
- 19.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico "www.mpsp.mp.br".
- 19.13. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 19.14. Caberá às partes observar, no tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, com o propósito de atender à execução e acompanhamento do objeto contratado, todas as normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie, em especial a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.
- 16.14.1. A adjudicatária deverá observar os termos da Resolução nº 1.771/2024 – PGJ, de 30 de janeiro de 2024, que trata da implantação de programa de integridade nas contratações do Ministério Público do Estado de São Paulo, conforme disciplinado no Termo de Referência e na Minuta de Termo de Contrato.
- 19.15. Das sessões públicas de processamento da licitação será lavrada ata circunstanciada, a ser assinada pelo(a) Pregoeiro(a) e pela equipe de apoio.
- 19.16. Será mantido sigilo quanto a identidade dos licitantes, para o(a) Pregoeiro(a) até a etapa de negociação com o(a) autor(a) da melhor oferta e para os demais, até a etapa de habilitação.
- 19.17. O resultado do presente certame e demais atos pertinentes a esta licitação serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e nos sítios eletrônicos [www.mpsp.mp.br](#) e [www.gov.br/compras/pt-br](#)
- 19.18. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- 19.18.1. ANEXO I – Termo de Referência
- 16.18.1.1 – ANEXO I.I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
- 19.18.2. ANEXO II – Resolução nº 308/2003 - P.G.J., de 18 de março de 2003, alterada pela Resolução nº 1.780/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024;
- 19.18.3. ANEXO III – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;
- 19.18.4. ANEXO IV – Modelo(s) de Declaração(ões);
- 19.18.4.1. ANEXO IV.1. – Modelo de Declaração Unificada Exigida para Habilitação;
- 19.18.4.2. ANEXO IV.2. – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta e Atuação Conforme ao Marco Legal Anticorrupção, em Atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013;
- 19.18.4.3. ANEXO IV.3. - Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.
- 19.18.4.4. ANEXO IV.4. – Modelo de Declaração de Enquadramento como Cooperativa que Preencha às Condições estabelecidas no Art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007.
- 19.18.4.5. ANEXO IV.5. - Modelo de Declaração para fins de Atendimento ao Art. 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021.
- 19.18.5. ANEXO V - Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, alterada pela Resolução nº 241, de 28 de setembro de 2021;
- 19.18.6. ANEXO VI – Minuta de Termo de Contrato;
- 19.18.7. ANEXO VII – RESOLUÇÃO Nº 1.771/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024
- 19.18.8. ANEXO VIII - Modelo de Termo de Ciência da Declaração de Manutenção de Sigilo e das Normas de Segurança .
- 19.18.9. ANEXO IX - Modelo de declaração a que se refere o subitem 1.13.3.2.1. do item 1.13. do Termo de Referência.
- 19.19. Os licitantes deverão atentar para as disposições constantes da Resolução CNMP nº 86, de 21 de março de 2012, ou por qualquer outra que venha a substituí-la, em especial às determinações indicadas em seu art. 5º, II, "e" e "n".
- 19.20. Os licitantes deverão atender prontamente às solicitações do Ministério Público do Estado de São Paulo, sempre que

necessário, a fim de dar cumprimento à Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público acima mencionada.

São Paulo, 18 de maio de 2026.

DÊNIS FÁBIO MARSOLA

Promotor de Justiça

Diretor-Geral

ANEXO I

CTIC - TERMO DE REFERÊNCIA

Este documento obedece às seguintes leis e resoluções.

Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021;

Dispositivos da Resolução nº 283, de 5 de fevereiro de 2024, do Conselho Nacional do Ministério, no que for aplicável;

Manual de Orientações Técnicas (MOTec) do Conselho Nacional do Ministério Público

RESOLUÇÃO Nº 1.767/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024;

RESOLUÇÃO Nº 1.771/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024.

PROCESSO SEI nº 29.0001.0108979.2025-49

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 Objeto

a) Contratação de solução de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede (em inglês, Network Security Policy Management, ou NSPM), instalação e configuração da solução, treinamento e suporte por 36 meses.

b) O objeto é de natureza comum;

c) O catálogo eletrônico de padronização, a teor do art. 19, inciso II c/c §2º, da Lei nº 14.133/21, não foi utilizado, tendo em vista que o objeto pretendido não consta no mencionado catálogo.

1.2. Descrição da solução de TI

Contratação de solução de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede e conformidade de configurações que inclui permita o gerenciamento centralizado, automatizado e eficiente das políticas de segurança da informação e infraestrutura de rede.

1.2.1. Bens e serviços que compõem a solução;

Item	Descrição	Quant.	Unidade
1	Solução de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede	1	Solução
2	Serviços de implantação, instalação e configuração da solução.	1	Serviço

3	Treinamento	5	Vaga
4	Suporte Técnico	36	Mês
5	Banco de horas de suporte técnico	360	hora

1.2.2 Ciclo de vida:

- a) Contratação dos serviços;
- b) Instalação e parametrização;
- c) Documentação Inicial;
- d) Capacitação;
- e) Utilização dos serviços com direito a atualizações de novas versões pelo período de 36 meses durante a vigência do contrato;
- f) Suporte pontual pelo período de 36 meses durante a vigência do contrato;
- g) Após o término do contrato, os serviços ficam indisponíveis.

1.3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

1.3.1. Contextualização e justificativa da contratação

A crescente complexidade das infraestruturas de rede e o aumento das ameaças cibernéticas demandam uma gestão eficiente e centralizada das políticas de segurança. Atualmente, o MPSP enfrenta desafios como:

- a) Gerenciamento manual e descentralizado de políticas de segurança em diversos dispositivos (firewalls, roteadores, switches etc.);
- b) Dificuldade em garantir a consistência e conformidade das políticas de segurança em toda a rede;
- c) Processos lentos e propensos a erros na implementação e alteração de regras de segurança;
- d) Visibilidade limitada do impacto das políticas de segurança na conectividade e segurança da rede;
- e) Dificuldade em auditar e gerar relatórios de conformidade das políticas de segurança.

1.3.1.1. A contratação de uma ferramenta de NSPM permitirá ao MPSP automatizar e simplificar o ciclo de vida das políticas de segurança, melhorando a postura de segurança, reduzindo riscos, otimizando processos e garantindo a conformidade com as normas e regulamentações aplicáveis.

1.3.2. Fundamentação técnica da contratação

A presente contratação encontra-se **fundamentada no Estudo Técnico Preliminar** elaborados pela área demandante e juntados ao presente processo, os quais subsidiaram a definição do objeto, das especificações técnicas, das quantidades e da estimativa de valor, em conformidade com o art. 6º, XXIII, "b", da Lei nº 14.133/2021.

1.3.3. Estimativa da demanda

O objeto da contratação compreende os seguintes itens, com suas respectivas quantidades:

Item	Descrição	Quant.	Unidade
1	Solução de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede (Network Security Policy Management - NSPM)	1	Solução
2	Serviços de implantação, instalação e configuração da solução.	1	Serviço
3	Treinamento	5	Vaga
4	Suporte Técnico	36	Mês
5	Banco de horas de suporte técnico	360	horas

1.3.4. Parcelamento da solução de TI

Não existe a possibilidade de aplicar o parcelamento em função do caráter indivisível da prestação de serviço, bem como se tratar de modalidade de licitação de menor preço global.

1.3.5. Resultados e benefícios a serem alcançados

A solução para Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede (NSPM) deverá oferecer uma série de resultados e

benefícios significativos para o MPSP. Entre os principais, estão:

a) Resultados (Tangíveis e Mensuráveis):

- I) Redução de Erros de Configuração:** A centralização do gerenciamento de políticas minimiza erros humanos na configuração de firewalls, roteadores e outros dispositivos de segurança;
- II) Aumento da Eficiência Operacional:** A simplificação dos processos de gerenciamento de políticas libera a equipe de Segurança para se concentrarem em tarefas mais estratégicas;
- III) Melhora da Visibilidade e Controle:** Uma visão centralizada de todas as políticas de segurança em vigor facilita a compreensão do panorama de segurança e a identificação de inconsistências ou lacunas;
- IV) Melhora da Conformidade Regulatória:** A capacidade de documentar e auditar as políticas de segurança implementadas facilita a demonstração de conformidade com regulamentações e padrões da indústria;
- V) Melhora da Agilidade e Flexibilidade:** A capacidade de adaptar rapidamente as políticas de segurança às mudanças nos requisitos de negócios ou nas ameaças emergentes aumenta a agilidade da organização;
- VI) Redução do Tempo de Resposta a Incidentes:** A clareza e a organização das políticas facilitam a identificação da causa raiz de incidentes de segurança e aceleram o processo de remediação.

b) Benefícios (Impactos Estratégicos e de Longo Prazo):

- I) Fortalecimento da Postura de Segurança:** A implementação consistente e correta das políticas de segurança reduz a superfície de ataque e minimiza a probabilidade de exploração de vulnerabilidades;
- II) Minimização de Riscos de Segurança:** A identificação e correção de políticas inconsistentes ou excessivamente permissivas ajudam a mitigar riscos como acesso não autorizado, vazamento de dados e ataques cibernéticos;
- III) Melhora da Continuidade dos Negócios:** Uma infraestrutura de segurança bem gerenciada e resiliente contribui para a continuidade das operações de negócios em caso de incidentes;
- IV) Aumento da Confiança do Cidadão e da Reputação da Instituição:** Demonstrar um forte compromisso com a segurança da informação aumenta a confiança dos cidadãos e protege a reputação da organização;
- V) Otimização do Desempenho da Rede:** Políticas bem definidas e implementadas podem ajudar a otimizar o tráfego de rede e evitar gargalos de desempenho;
- VI) Facilitação da Adoção de Novas Tecnologias:** Um gerenciamento de políticas eficiente permite a integração segura de novas tecnologias e serviços na infraestrutura de rede;
- VII) Melhora da Colaboração entre Equipes:** Uma plataforma centralizada para gerenciamento de políticas facilita a comunicação e a colaboração entre as equipes de segurança e de rede;
- VIII) Suporte ao Crescimento e à Escalabilidade:** Uma solução de NSPM escalável pode acompanhar o crescimento da organização e a complexidade da sua infraestrutura de rede.

1.4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

1.4.1. Requisitos de negócio

- a) Promover a governança da tecnologia da informação;**
- b) Assegurar a atualização da infraestrutura tecnológica;**
- c) Promover atualização do ambiente computacional frente à evolução tecnológica;**
- d) Garantir a segurança da informação e comunicações.**

1.4.2. Requisitos de capacitação

A presente contratação prevê 05 vagas para treinamento oficial do fabricante de configuração, administração e utilização de todo o Software ofertado na Solução de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede que será ministrado de forma remota.

1.4.3. Requisitos legais

A presente contratação é regida pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela Resolução nº 283, de 5 de fevereiro de 2024, do Conselho Nacional do Ministério Público, e pelas Resoluções PGJ aplicáveis, disponíveis no sítio eletrônico <https://mpsp.mp.br/resolucoes-procuradoria-geral-de-justica>, e, ainda, pelas demais normas da legislação aplicável.

1.4.4. Requisitos de manutenção

Manutenção evolutiva com direito às atualizações para as versões mais recentes da solução pelo período de 36 meses, durante a vigência do contrato.

1.4.5. Requisitos temporais

Prazos de execução, aceite e garantia (ressalvado o prazo abaixo), na seguinte conformidade:

- a) Prazo de recebimento provisório: 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento da solução;**

b) Prazo de aceite definitivo: 5 (cinco) dias úteis do recebimento provisório, se de acordo;

c) Prazo de entrega/execução:

c.1) Item 1, em até 30 (trinta) dias corridos, a contar do 1º (primeiro) dia útil seguinte à data de assinatura do último signatário do contrato;

c.2) Item 2, em até 60 (sessenta) dias corridos, a contar do aceite definitivo do item 1 ;

c.3) Item 3, em até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar do aceite definitivo do item 2;

c.4) Item 4, durante 36 (trinta e seis) meses, a contar do aceite definitivo do item 2;

c.5) Item 5, sob demanda, durante 36 (trinta e seis) meses, a contar do aceite definitivo do item 2.

1.4.6. Requisitos de segurança

a) A execução do objeto desta contratação seguirá em estreita observância dos ditames estabelecidos pela LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) - LGPD.

b) A Contratada obriga-se a observar a RESOLUÇÃO Nº 1.771/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024, a qual dispõe sobre a implantação de programa de integridade nas contratações do Ministério Público do Estado de São Paulo.

1.4.7. Requisitos sociais, ambientais e culturais

Por se tratar de uma solução tecnológica digital, não há impacto ambiental no desenvolvimento das atividades previstas neste Termo de Referência. Ainda, não há utilização de recursos que comprometam a sustentabilidade ou produzam significativo impacto ambiental.

1.4.8. Requisitos de arquitetura tecnológica

Requisitos de arquitetura tecnológica, composta de hardware, software, padrões de interoperabilidade, interface, dentre outros.

1.4.9. Especificações técnicas:

ITEM 01. (UMA) SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA DE REDE COM SEGUINTE REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS:

1.1 Adquirir e implementar uma ferramenta de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede que permita o gerenciamento centralizado, automatizado e eficiente das políticas de segurança da informação e infraestrutura de rede do MPSP.

1.2 Requisitos Gerais

1.2.1. A solução de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede é composta por softwares, aqui denominado de módulos, de gerenciamento centralizado e de varreduras que deverão ter a capacidade de realizar busca de vulnerabilidades, configurações incorretas e não conformidade dos ativos de rede e descoberta de aplicações com base dos logs dos firewalls e outras fontes externas.

1.2.2. Aquisição de licenças de software necessárias a solução:

As licenças de software deverão gerenciar todos os dispositivos do MPSP listados abaixo:

1.2.2.1. 03 (três) clusters de firewall do fabricante Checkpoint

1.2.2.2. 01 (um) gateway de firewall Azure Firewall (Cloud)

1.2.2.3. 01 (um) servidor instalado como a Manager (gerenciador) desse ambiente

1.2.2.4. 01 (um) servidor instalado como o servidor de relatórios (ou SmartEvent) desse ambiente

1.2.3. A SOLUÇÃO deve ser compatível com firewalls Check Point, e opcionalmente com HPE Aruba Networking, além de ter integração com ACLs em roteadores Cisco. Deve também ser compatível com ambiente de firewall Azure.

1.2.4. O licenciamento deve ser completo para atender aos itens deste TR garantindo que todos os seus recursos sejam plenamente utilizados, sem nenhuma restrição por falta de licenciamento

1.2.5. As licenças de software fornecidas devem ser perpétuas ou subscrição.

1.2.6. A SOLUÇÃO deve disponibilizar imagem de software, combinando sistema operacional e no mínimo, servidor de aplicação e banco de dados, podendo ser instalados em arquitetura distribuída ou unificada a critério do MPSP. A solução deve possuir um sistema operacional próprio.

1.2.7. A SOLUÇÃO deve ser compatível para a instalação em ambientes virtuais hyper-v ou RHV e em servidores padrão Intel ou appliance do fabricante.

- 1.2.8. Cada coletor deverá ser dimensionado para processar pelo menos 32.000 logs/seg.
- 1.2.9. A comunicação entre os componentes da SOLUÇÃO deverá utilizar mecanismos de compressão para preservar banda e criptografia para proteção dos dados. Opcionalmente, poderá ser adotada a utilização de metadados de compressão como recurso complementar.
- 1.2.10. A SOLUÇÃO deve suportar os seguintes esquemas para autenticação de usuários: base de usuários local; integração RADIUS (CHAP, EAPMD5, MSCHAPv1, MSCHAPv2 ou PAP); integração com LDAP (incluindo autorização); integração com Microsoft Active Directory.
- 1.2.11. Integração com SAML para duplo fator de autenticação. Não é permitido que os componentes instalados on-premise (módulos de varredura, scanners, agentes, consoles, etc) tenham como pré-requisito a configuração de IP público.
- 1.2.11.1. A solução deve permitir integração com soluções de cofres de senhas.
- 1.2.12. A SOLUÇÃO deve permitir a criação de diferentes perfis de acesso configuráveis a nível de ação e escopo de atuação. As ações devem ser, no mínimo, administração total, leitura de política, escrita de política e relatório e o escopo de atuação deverá permitir selecionar uma ou mais políticas de segurança integradas à ferramenta. O número mínimo de combinações configuráveis (perfis) deve ser 40.
- 1.2.13. A SOLUÇÃO deve ter licenciamento para um número ilimitado de usuários para as soluções de auditoria, automação, gerenciamento de aplicações e portal de autosserviço.
- 1.2.14. A SOLUÇÃO deve permitir administração via interface gráfica.
- 1.2.15. A SOLUÇÃO deve permitir a utilização de protocolo seguro nas comunicações entre seus componentes.
- 1.2.16. SOFTWARE DE AUDITORIA
- 1.2.16.1. O software para auditoria e análise inteligente das políticas de segurança - software de auditoria - a ser fornecido para infraestrutura de firewall do MPSP deverá gerenciar as políticas de firewall, roteadores, VPNs e dispositivos relacionados.
- 1.2.16.2. O software de auditoria deverá permitir o monitoramento das alterações de política, planejamento de mudanças, otimização de rulesets e identificar riscos e regras fora de conformidade, para garantir que os dispositivos estejam adequadamente configurados.
- 1.2.16.2.1 O software de auditoria deverá armazenar o histórico das alterações de políticas e objetos, permitindo a consulta de alterações feitas.
- 1.2.16.2.2. O software de auditoria deverá manter informações identificando o autor de alterações, quando estas ocorrerem e o que foi alterado.
- 1.2.16.3. ANÁLISE DE RISCOS
- 1.2.16.3.1. O software de auditoria deverá analisar todo o tráfego de dados possível (origens, destinos, serviços, incluindo os grupos de IP).
- 1.2.16.3.2. O software de auditoria deverá verificar os riscos dentro das definições dos objetos.
- 1.2.16.3.3. O software de auditoria deverá verificar os riscos existentes em uma regra, apontando onde estão esses riscos, classificando-os em níveis e sugerindo formas de alteração para minimizar os riscos.
- 1.2.16.3.4. Deverá mostrar o estado da Classificação de Segurança após as alterações, se permaneceu igual, se diminuiu ou aumentou.
- 1.2.16.3.5. Deverá mostrar que regra teve efeito na alteração do estado da Classificação de Segurança após mudanças realizadas.
- 1.2.16.3.3. O usuário do software de auditoria poderá personalizar a base de dados de riscos: escrever seus próprios riscos ou editar os itens de risco padrão do software.
- 1.2.16.3.4. O software de auditoria deverá identificar as DMZs, indicando quais são as zonas de segurança relevantes e mostrar os itens de risco.
- 1.2.16.3.5. O usuário do software de auditoria poderá definir os riscos específicos de uma DMZ e personalizar as zonas de segurança.
- 1.2.16.3.6. O software de auditoria deverá definir regras de tráfego de confiança "Trusted rules".
- 1.2.16.3.7. O software de auditoria deverá gerar automaticamente um mapa da rede corporativa com base em informações de roteamento extraído de todos os dispositivos licenciados (firewalls, roteadores, switches layer 3 e dispositivos adicionais) ou deduzidas a partir de informações de roteamento
- 1.2.16.3.8. O software de auditoria deverá gerar diagramas topológicos dos firewalls monitorados.
- 1.2.16.3.9. O software de auditoria deverá auxiliar no gerenciamento de usuários fornecendo informações, no mínimo, sobre criação de novos usuários, lista completa de usuários de VPN, grupos de usuários.
- 1.2.16.3.10. O software de auditoria deverá informar sobre a utilização de regras, no mínimo, as regras mais usadas, o percentual de utilização dessa regra em comparação às demais regras e a última vez que a regra foi usada.
- 1.2.16.3.11. O software de auditoria deverá informar sobre a utilização de objetos e regras com, no mínimo, as seguintes informações: regras não usadas, objetos não contidos em regras e objetos contidos em regras, porém não usados.
- 1.2.16.3.12. O software de auditoria deverá fornecer informação sobre regras inativas pelo atributo "tempo de expiração",

além de informações sobre regras prestes a expirar. O produto deve permitir envio de alertas sobre regras a expirar e o parâmetro de dias precedentes à expiração deve poder ser configurado pelo usuário.

1.2.16.3.13. O software de auditoria deverá informar sugestões e detalhes de otimização de regras, como por exemplo: quais podem ser agrupadas, quais são redundantes e duplicadas.

1.2.16.3.14. O software de auditoria deverá sugerir melhor ordenação das regras de firewall de modo a obter melhor desempenho.

1.2.16.3.15. O software de auditoria deverá pesquisar por bloqueio ou permissão de acesso em regras de um firewall específico ou de um grupo de firewalls. Essa pesquisa deverá permitir como critérios: IPs de origem, IPs de destino e a combinação entre esses dois critérios.

1.2.16.3.16. Deverá permitir diversas combinações de pesquisa de regras, incluindo, mas não se limitando a, nome, objetos, descrição, ação.

1.2.16.3.17. O software de auditoria deverá identificar serviços vulneráveis entre os permitidos nos sentidos de tráfego: LAN-DMZ (vice-versa) ou Internet-DMZ (vice-versa) ou LAN-Internet (vice versa).

1.2.16.3.18. Deverá permitir simular mudanças nas políticas e analisar o impacto que as mudanças trariam no tráfego de rede

1.2.16.3.19. O software deve manter uma base de normas e regulamentos para garantir a conformidade com as regras e políticas estabelecidas, identificando quais regras estão em conformidade e quais não estão apresentando o que está fora do padrão e sugerindo ações para adequá-las.

1.2.16.3.20. CERTIFICAÇÃO

1.2.16.3.20.1. O software de auditoria deverá gerar relatório completo de auditoria da certificação ISO 27001 e NIST.

1.2.16.3.21.1 Eventos - A ferramenta deve permitir a análise de políticas e geração de relatórios de determinados tipos de eventos

1.2.16.3.22 Alterações de Regras

Modificação de Regras: Eventos que registram alterações nas regras do firewall, incluindo adição, remoção ou modificação de regras existentes

1.2.16.3.23 Monitoramento e Alertas

1.2.16.3.23.1 Alertas de Segurança: Notificações sobre criação, remoção ou edição de regras através de e-mail, SIEM ou API para consulta.

1.2.16.3.23.2. Monitoramento de Tráfego: Apresentar a utilização de regras e o que está sendo utilizado dentro de cada regra de acesso.

1.2.16.3.24. Análise de Conformidade.

1.2.16.3.24.1. Relatórios de Conformidade: Eventos que geram relatórios detalhados sobre a conformidade das políticas de segurança com normas e regulamentos.

1.2.16.3.24.2. Auditoria de Regras: Eventos que auditam as regras do firewall para garantir que estão configuradas corretamente e não apresentam vulnerabilidades.

1.2.16.3.25. Desempenho e Otimização

1.2.16.3.25.1. Análise de Desempenho: Eventos que avaliam o impacto das regras de firewall no desempenho da rede

1.2.16.3.25.2. Otimização de Regras: Eventos que identificam e sugerem melhorias nas regras para otimizar a segurança e eficiência da rede

1.2.16.3.26. Visibilidade e Controle

1.2.16.3.26. 1. Visibilidade em Tempo Real: Eventos que fornecem visibilidade em tempo real de toda a infraestrutura de rede, permitindo uma gestão mais eficaz

1.2.16.3.27 A solução devera possuir integração com um painel gerencial dos indicadores e suporte a inteligência artificial.

Prazo de execução: Em até 30 (trinta) dias corridos, a contar do 1º (primeiro) dia útil seguinte à data de assinatura do último signatário do contrato

ITEM 02: SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 2.1. Para todo o produto constante no escopo do ITEM 01 deverá ser fornecido serviço especializado de instalação, customização e configuração da solução no ambiente do MPSP. Entende-se por serviço especializado de instalação, customização e configuração lógica de todos os softwares e hardware envolvidos na solução, de acordo com este edital.
- 2.1. O processo de implantação pode ocorrer de forma remota, desde que não ocorra prejuízo em comparação com a modalidade de implantação presencial.
- 2.2. Planejamento geral do projeto de forma compartilhada com a equipe do MPSP, por meio da preparação e manutenção de um Plano de Projeto de Implantação de Solução, contendo cronograma detalhado de instalação, customização e configuração dos serviços da solução, mapa de recursos a serem alocados e coordenação de atividades do dia a dia durante a implantação, visando cumprimento dos prazos estabelecidos;
- 2.3. Comparecimento a reuniões de revisão para acompanhamento do cronograma, antecipação e comunicação com a equipe do MPSP de/sobre quaisquer desvios no cronograma e adoção de medidas corretivas, durante o fornecimento e implantação pela Licitante do hardware, dos softwares e serviços;
- 2.4. Apresentar formalmente, no início dos serviços, ponto único de contato para a equipe do MPSP para todas as atividades da Licitante;
- 2.5. Gerenciar o projeto como um todo, podendo ser solicitadas informações sobre o andamento do projeto, dificuldades encontradas, ações a serem tomadas;
- 2.6. Participar de reuniões de definição de informações necessárias e acionar atendimento técnico dos fabricantes de hardware e software envolvidos quando necessário durante a implantação do hardware, dos softwares e serviços;
- 2.7. Para que a fase de implantação seja dada como concluída, toda a solução deve estar implementada e em operação.
- 2.7.1. A implantação não poderá interromper o funcionamento dos sistemas a serem geridos, ressalvadas as seguintes exceções:
- 2.7.1.1. A implantação dos sistemas que necessitem interrupção na continuidade dos serviços, deverão ser realizadas em horário diverso do de expediente (das 9:00 até as 19:00), em janela de manutenção a ser agendada com o MPSP e previamente autorizadas formalmente;
- 2.7.2. Ao final do processo, deve ser entregue documentação formal de todas as configurações, procedimentos e definições utilizados na instalação / ativação do conjunto, com detalhamento suficiente que permita aos técnicos responsáveis a reprodução das ações, se necessário;

Prazo de execução: Em até 60 (sessenta) dias corridos a contar do aceite definitivo do item 1.

ITEM 03: TREINAMENTO

- 3.1. Devem ser fornecidas 05 vagas para treinamento oficial do fabricante de configuração, administração e utilização de todo o Software ofertado na Solução de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede.
- 3.2. Deverá incluir a realização de laboratórios práticos;
- 3.3. O treinamento deverá ser ofertado na modalidade online, em português, em tempo real e, neste caso, o laboratório para prática também deve ser online.
- 3.3.1 O material do treinamento poderá ser aceito no idioma inglês, no entanto deverá ser ministrado no idioma Português.
- 3.4. O proponente deverá fornecer ambiente de laboratório virtualizado adequado para as atividades de treinamento;
- 3.5. A proponente será responsável pelo fornecimento do material didático necessário;
- 3.6. O treinamento deve incluir a simulação de situações práticas como: instalação, configuração, otimização, resolução de problemas, utilização e administração da solução, sua recuperação, gestão de usuários, geração de relatórios e demais funções presentes na solução e descritas neste edital.
- 3.7. As vagas deverão ser entregues em formato de Voucher.
- 3.8. As datas serão definidas em comum acordo entre a Licitante e o MPSP, respeitados os prazos deste TR.
- 3.9. O treinamento deve ter carga horária mínima de 24 horas.
- 3.10. A solução a ser instalada em produção não pode ser a utilizada para realização de atividades práticas de treinamento;
- 3.11. O treinamento completo deverá estar disponível, observando-se a carga horária e o conteúdo definidos;
- 3.12. O certificado de conclusão deverá ser emitido em português;
- 3.13. Após a finalização do treinamento, a Licitante, deverá emitir certificado de conclusão, para todos os participantes com os seguintes dados:

- 3.13.1. Nome do treinamento;
- 3.13.2. Carga horária;
- 3.13.3. Data inicial e final;
- 3.13.4. Nome completo do instrutor com RG/CPF/Passaporte;
- 3.13.5. Nome completo do funcionário do MPSP;
- 3.13.6. Porcentagem de presença do aluno;
- 3.13.7. Nome da empresa que contratou o TREINAMENTO;
- 3.13.8. CNPJ, Nome da empresa fabricante;
- 3.14. O curso deverá ser prestado em dias úteis entre 9:00 e 17:00;
- 3.15. Uma vez solicitado o desconto do Voucher a Licitante deverá se responsabilizar por todo o trâmite junto ao fabricante, inclusive quanto à disponibilização do número de vagas solicitado.
- 3.16. Para todo o produto adquirido no escopo do Item 1, deverá ser fornecida transferência de conhecimento, sendo responsabilidade da Licitante pela estrutura para cumprimento desta exigência.
- 3.17. A Licitante arcará com todas as despesas relativas aos seus profissionais e técnicos envolvidos nas atividades da transferência de conhecimento.
- 3.18. O Treinamento deverá ser ministrado de forma remota.
- 3.19. O treinamento deverá ser ministrado por instrutor com certificação da solução contratada.
- Prazo de execução:** Em até 180 (cento e oitenta) dias corridos a contar do aceite definitivo do item 2.

ITEM 4: SUPORTE TÉCNICO

- 4.1. Deverá ser disponibilizada para o MPSP todas as atualizações de versões, releases e patches do software, durante toda a vigência do suporte.
- 4.2. O suporte técnico deverá ser integralmente assegurado pela contratada, que poderá, a seu critério, utilizar estrutura própria, do fabricante ou de parceiro autorizado, desde que garantido o cumprimento de todos os requisitos técnicos e prazos estabelecidos neste Termo de Referência;
- 4.3. Toda a comunicação e o atendimento relativos ao suporte técnico serão realizados pela contratada, que será a única responsável perante o MPSP pela execução dos serviços, independentemente de eventual utilização de suporte do fabricante ou de terceiros;
- 4.4. A eventual utilização, pela contratada, de recursos, canais ou suporte disponibilizados pelo fabricante da solução não transfere ao fabricante qualquer responsabilidade perante o MPSP, permanecendo a contratada integralmente responsável pelo atendimento, continuidade e qualidade dos serviços;
- 4.5. Os chamados técnicos serão categorizados nas severidades descritas abaixo, devendo ser atendidos nos prazos especificados:

4.5.1. TABELA I: Severidade dos chamados técnicos

TABELA I: Severidade dos chamados técnicos	
Severidade	Descrição
ALTA	Serviço totalmente inoperante ou indisponível.
MÉDIA	Serviço parcialmente inoperante, indisponível ou com degradação de desempenho
BAIXA	Solicitação de esclarecimentos técnicos para: instalação, desinstalação, configuração, substituição e atualização de programas (software); aplicação de correções (patches) e atualizações de software. Não haverá abertura de chamado com esta severidade em sábados, domingos e feriados.

4.5.2. TABELA II: Prazos para início e término do atendimento do chamado

TABELA II: Prazos para início e término do atendimento do chamado			
Prazos	Severidades		
	ALTA	MÉDIA	BAIXA
Início do atendimento	2 (duas) horas	6 (seis) horas	24 (vinte e quatro) horas
Resolução do Chamado	8 (oito) horas	4 (quatro) dias úteis	7 (sete) dias úteis

- 4.6. A severidade do chamado será informada pelo MPSP no momento da sua abertura e seguirá o disposto na tabela I.
- 4.7. A severidade poderá ser reclassificada pelo MPSP. Caso isso ocorra, haverá nova contagem de prazo, conforme a nova severidade e seguirá os prazos dispostos na tabela II.
- 4.8. A central de atendimento deverá ser disponibilizada através de página Web, de telefone (0800) e de email;
- 4.9. O serviço de abertura de chamados para o suporte técnico deverá ser disponibilizado em regime de 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), todos os dias do ano.
- 4.10. Todos os chamados efetuados receberão código de identificação e serão controlados por sistema de informação da Licitante, ao qual o MPSP terá acesso para efeito de acompanhamento das providências em andamento e do tempo decorrido desde a abertura do chamado.
- 4.11. Chamados fechados sem anuência do MPSP ou sem que o(s) problema(s) relatados tenham sido de fato resolvidos deverão ser reabertos e os prazos serão contados a partir da abertura original, inclusive para efeito de aplicação das sanções previstas.
- 4.12. A Licitante manterá cadastro das pessoas indicadas pelo MPSP, as quais poderão efetuar abertura e autorizar o fechamento de chamados.
- 4.13. Cada pessoa cadastrada no sistema deverá receber identificação e senha que permitam acesso seguro ao sistema de informação da Licitante de maneira a evitar que pessoas não autorizadas possam acionar o serviço;
- 4.14. O encerramento do chamado será dado por servidor do MPSP, na conclusão dos serviços.
- 4.15. A Licitante deverá acompanhar o funcionamento, comportamento e performance da nova solução pelo período mínimo de 30 (trinta) dias úteis, a partir da data de conclusão da instalação, a qual deverá ser determinada pelo Departamento de Infraestrutura e Operações.
- 4.16. O MPSP deverá ter acesso total e ilimitado à base de conhecimento e à documentação do software, direto do website do fabricante.
- 4.17. Nenhuma atividade de prestação dos serviços de suporte técnico, manutenção com reposição de hardware e atualização de software poderá utilizar o serviço de banco de horas especificado no ITEM 5 deste Termo de Referência.

Prazo de execução: Durante 36 (trinta e seis) meses, a contar do aceite definitivo do item 2.

ITEM 5: BANCO DE HORAS:

- 5.1. Contratação de banco de horas, para eventuais implementações de melhorias e/ou alteração da configuração na solução contratada e solicitações diversas relacionadas a tais tarefas.
- 5.2. O local da prestação do serviço será no Edifício Sede na Rua Riachuelo, 115, Sé, na cidade de São Paulo – SP.
- 5.3. As horas serão utilizadas sob demanda até um limite de 360 (trezentos e sessenta) horas, dentro do período de 36 meses a contar do aceite definitivo do item 02.
- 5.4. O quantitativo de horas acima especificado trata-se de valor de referência para fins de contratação. O pagamento será realizado apenas para as horas efetivamente utilizadas.
- 5.5. As horas utilizadas serão abatidas do total previsto neste Termo de Referência, podendo o saldo remanescente ser utilizado durante a vigência do contrato.
- 5.6. Apenas o período em que o técnico estiver presente no local solicitado pelo MPSP ou em efetivo atendimento remoto

poderá ser contabilizado.

5.7. O escopo do serviço e a quantidade de horas estimada para a atividade de banco de horas deve ser previamente informada e alinhada junto aos gestores do MPSP. Tal serviço deve ser formalizado pelo MPSP através de e-mail ou em formato a ser acordado junto a Licitante.

5.8. É expressamente vedada a utilização do banco de horas para quaisquer atividades da prestação de serviços de suporte técnico, manutenção com reposição de hardware e atualização de software, previstas no ITEM 4 deste Termo de Referência.

5.9. Eventuais custos com alimentação, transporte e estadia dos profissionais envolvidos na prestação dos serviços correrão por conta da Licitante.

Prazo de execução: Sob demanda, a partir do aceite definitivo do item 2, durante a vigência do contrato

1.4.10. Requisitos de projeto e de implementação

- a) Reunião Inicial de alinhamento entre as partes;
- b) Apresentação do plano de trabalho para a implantação da solução;
- c) Apresentação da equipe de implantação da solução;
- d) Apresentação da documentação referente às atividades a serem realizadas;
- e) Início da implantação da solução;
- f) Entrega da documentação da solução;
- g) Testes da solução;
- h) Início de uso da solução;
- i) Acompanhamento e Suporte.

1.4.11. Requisitos de implantação

Preparar ambiente/equipamentos

- a) Proceder com as atividades com base na documentação da solução;
- b) Entrega da solução;
- c) Proceder com a instalação a solução nos equipamentos;
- d) Realizar testes individuais da solução adquirida após instalação;
- e) Acompanhar a performance da solução;
- f) Validar a eficácia e aplicabilidade em casos concretos;
- g) Atestar o modelo de atendimento das solicitações de chamado de suporte técnico.

1.4.12. Requisitos de garantia

Prazo de garantia, incluindo suporte técnico e atualização de software: 36 (trinta e seis) meses, a contar da data do termo de aceite definitivo da solução.

1.4.13. Requisitos de experiência profissional

A CONTRATADA deve promover a implantação da solução adquirida, por meio de profissional técnico certificado na solução e gerente de projetos.

1.4.14. Requisitos de formação da equipe

Alocar os profissionais necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, empregando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados. Conforme citados abaixo:

- a) Gerente de projeto;
- b) Profissional técnico, com certificado na solução ofertada.

1.4.15. Requisitos de metodologia de trabalho

A metodologia de trabalho seguirá o modelo de gestão de projeto em cascata, seguindo as fases nas seguintes ordens:

- a) Requerimento;
- b) Projeto;
- c) Implementação;
- d) Teste e depuração (verificação);
- e) Manutenção de Software.

1.4.16. Requisitos de segurança da informação

A CONTRATADA deve manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, códigos fonte ou artefatos contidos em

quaisquer documentos/mídias de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela CONTRATANTE a tais documentos.

1.5. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

1.5.1. Deveres e responsabilidades da contratante

- a) Constituem obrigações do CONTRATANTE, além de acompanhar o fornecimento, as especificações e a qualidade da solução, de acordo com as condições e prazos estabelecidos neste ajuste, efetuar o pagamento dos valores devidos, nos termos do subitem da respectiva cláusula do contrato;
- b) Comunicar-se com a CONTRATADA, para fins de encaminhamento de contrato, nota de empenho ou outro documento, por meio eletrônico, preposto, ou seu substituto legal designado pela CONTRATADA;
- c) Deverá notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade na execução do contrato, por meio da equipe de gestão e fiscalização do contrato, mediante ofício ou comunicação eletrônica, ou, caso submetido a assunto à Instância superior, por meio da Diretoria-Geral, mediante notificação;
- d) Recebimento do objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, de acordo com as inspeções realizadas e com os prazos e métodos previstos neste Termo de Referência;
- e) Aplicação das sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- f) Liquidação do empenho e pagamento da contratada dentro dos prazos estabelecidos em contrato;
- g) Comunicação à contratada de todas e quaisquer ocorrências relacionadas ao fornecimento da Solução de TI;
- h) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;
- i) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas em contrato e neste Termo de Referência;
- j) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às expensas da CONTRATADA;
- k) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- l) O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus profissionais, prepostos ou subordinados;
- m) Aplicação das sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- n) Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021;
- o) O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para adequada instrução do requerimento.

1.5.2. Deveres e responsabilidades da contratada

1.5.2.1. A CONTRATADA obriga-se:

Além das obrigações previstas no Termo de Referência, a CONTRATADA obriga-se:

- a) a proceder a execução do objeto pactuado em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, durante toda a execução do Contrato;
- b) a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação direta.
- c) Garantir o objeto do contrato pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses a contar do aceite definitivo da Solução de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede;
- d) A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE as alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social ou Estatuto e enviar os documentos pertinentes a essas mudanças;
- e) A contratada obriga-se a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, nos termos do art. 92, inciso XVII da Lei Federal nº 14.133/21;
- f) Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o item anterior, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- g) A Contratada deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes do Contrato e da documentação que o integra, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução

do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- h)** Designar o responsável e o respectivo substituto pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o CONTRATANTE, indicando o nome, o número de telefone e endereço de e-mail;
- i)** O CONTRATANTE poderá, justificadamente, não aceitar a indicação ou requerer a substituição do preposto;
- j)** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- k)** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- l)** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;
- m)** Quando não for possível a verificação da regularidade no CAUFESP ou Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação, os seguintes documentos:
- n)** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;
- o)** Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- p)** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
- q)** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;
- r)** A CONTRATADA deverá manter até o final da vigência do contrato conduta ética e máximo profissionalismo na execução do objeto do presente instrumento;
- s)** Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do CONTRATANTE.
- t)** Disponibilizar todos os meios e facilidades indispensáveis à fiscalização da Solução de TI pela CONTRATANTE;
- u)** Alocar os profissionais necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, empregando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- v)** Orientar e treinar seus profissionais sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do contrato;
- w)** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- x)** Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência e/ou Proposta, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- y)** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- z)** A CONTRATADA se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, em sintonia com a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e ao Decreto Estadual nº 67.301, de 24 de novembro de 2022;
- aa)** A CONTRATADA não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto do contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos e colaboradores;
- bb)** O descumprimento das obrigações previstas nos subitens acima poderá submeter a CONTRATADA à extinção unilateral do contrato, a critério do CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração de processo administrativo de responsabilização, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e do Decreto Estadual nº 67.301, de 24 de novembro de 2022;
- cc)** A Contratada obriga-se a não admitir a participação na licitação ou na execução do contrato de:

- I)** Agente público de órgão ou entidade contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;
- II)** Pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no certame ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;
- III)** Pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

dd) Observar a RESOLUÇÃO Nº 1.771/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024, a qual dispõe sobre a implantação de programa de integridade nas contratações do Ministério Público do Estado de São Paulo;

ee) A CONTRATADA deverá executar o objeto da contratação, em estreita observância dos ditames estabelecidos pela LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais-LGPD);

ff) O recebimento, a diligência, o encaminhamento e a resposta, na figura do preposto, das principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

gg) O pronto atendimento de quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

hh) A disponibilização de todos os meios e facilidades indispensáveis à fiscalização da Solução de TI pela CONTRATANTE;

ii) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

jj) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE;

kk) Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

ll) O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024 .

1.5.3. Do Programa de Integridade

a) Nos termos da cláusula contratual - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA, a Contratada deverá observar ainda Resolução nº 1.771/2024 - PGJ de 30 de janeiro de 2024.

b) A efetiva implantação das medidas que fazem parte do programa de integridade será comprovada pela contratada ao contratante, por meio da implantação do Plano de Integridade, no prazo de 6 (seis) meses contados da assinatura do último signatário do contrato, podendo o contratante promover verificações, por qualquer meio de prova em Direito admitido, registrando-se no procedimento interno de acompanhamento da execução do contrato, constando no mínimo, as exigências abaixo:

I) a instituição de canal de denúncias de irregularidades e de instâncias para sua solução, e o engajamento de seus dirigentes na efetividade do programa de integridade;

II) o desenvolvimento periódico de campanhas, palestras e cursos para transmissão e esclarecimento de valores éticos a seus dirigentes e empregados e terceiros vinculados;

III) a preservação da confidencialidade das informações sigilosas obtidas em razão da execução do contrato;

IV) inexistência de trabalho infantil ou de condição análoga de escravo e de discriminação salarial em razão de cor, religião, idade, sexo, orientação ou identificação sexual na gestão de seus recursos humanos;

V) evitar e punir o assédio moral e sexual no ambiente de trabalho, assim como discriminações e violência em razão de gênero, raça, cor, idade e credo;

VI) A ausência de implantação, a implantação parcial ou atrasada, e o descumprimento total ou parcial do programa de integridade sujeitará na aplicação de sanções constantes da Resolução nº 308/03 – PGJ, de 18 de março de 2003, alterada pela Resolução nº 1.780/2024 – PGJ, de 30 de janeiro de 2024, além daquelas previstas no art. 8º da Resolução nº 1.771/2024 - PGJ, de 30 de janeiro de 2024.

1.5.4. Deveres e responsabilidades do órgão gerenciador da ata de registro de preços

Não se aplica, pois não se trata de Ata de registro de preços.

1.6. ROTINAS DE EXECUÇÃO

a) A **CONTRATADA** fica dispensada do oferecimento de garantia da execução do Contrato, em face do disposto no “caput” do artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações;

b) Na forma estabelecida pelo artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, a **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões decorrentes da necessidade do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, mediante comunicação do **CONTRATANTE**;

c) O Contrato terá vigência de **40 (quarenta) meses** a partir da data da assinatura do último signatário, na forma do § 2º do artigo 106 da Lei nº 14.133/2021;

d) O prazo de execução poderá ser prorrogado, mediante expressa manifestação de vontade das partes, formalizada por termo de aditamento, no caso de comprovada necessidade da Administração, para conclusão do objeto, e desde que não decorra de culpa da contratada, observando-se o disposto na RESOLUÇÃO Nº 308/2003 – P.G.J., DE 18 DE MARÇO DE 2003, alterada pela RESOLUÇÃO Nº 1.780/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024.

1.6.1. Aceite Provisório:

a) Para a realização dos serviços, a CONTRATADA deverá executar cada item do objeto do contrato nos prazos abaixo especificados, contados do 1º (primeiro) dia útil após a assinatura do último signatário do contrato, podendo ser prorrogados mediante expressa manifestação de vontade das partes, formalizada por termo de aditamento, no caso de comprovada necessidade da Administração para conclusão do objeto, e desde que não decorra de culpa da contratada, observando-se o disposto na RESOLUÇÃO Nº 308/2003 – P.G.J., DE 18 DE MARÇO DE 2003, alterada pela RESOLUÇÃO Nº 1.780/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024.

- Item 1 – Solução de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede:

Prazo de entrega: até 30 (trinta) dias corridos, contados do 1º (primeiro) dia útil após a assinatura do último signatário do contrato.

- Item 2 – Serviços de implantação, instalação e configuração da solução:

Prazo de execução: até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do aceite definitivo do item 1.

- Item 3 – Treinamento:

Prazo de execução: até 180 (cento e oitenta) dias corridos contados a partir do aceite definitivo do item 2 (implantação, instalação e configuração da solução).

- Item 4 – Suporte Técnico:

Prazo de execução: 36 (trinta e seis) meses, a contar do aceite definitivo do item 2.

- Item 5 – Banco de horas de suporte técnico:

Prazo de execução: sob demanda, a partir do aceite definitivo do item 2, durante 36 (trinta e seis) meses, conforme previsto no objeto, independentemente da vigência total do contrato.

b) A entrega/execução provisória dos produtos/serviços será realizada da seguinte forma:

b.1) A CONTRATADA deve fornecer à CONTRATANTE um CHECKLIST completo de todos os componentes entregues/realizados, a fim de facilitar e agilizar o recebimento.

b.2) Caso não atenda as especificações, a empresa poderá ser penalizada pelo descumprimento do estabelecido no Edital e proposta, nos termos da CLÁUSULA DO CONTRATO, sem prejuízo da aplicação de outras sanções.

b.3) O Termo de Recebimento Provisório (TRP) será emitido pela CONTRATANTE, por meio do Fiscal Técnico, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da entrega/execução dos produtos e recebimento da nota fiscal, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

1.6.2. Aceite Definitivo:

a) Após a emissão do recebimento provisório, a CONTRATANTE analisará o perfeito funcionamento, segundo as especificações contidos no Edital e na proposta, pelo período de até 05 (cinco) dias úteis, findo o qual será emitido o Termo de Recebimento Definitivo (TRD) pelo Fiscais Requisitante, Técnico e Administrativo.

b) O aceite dos produtos/serviços deve ser efetuado pela equipe de gestão e fiscalização, designados em Portaria da Diretoria-Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo.

c) O recebimento definitivo dos produtos será classificado como ACEITO ou REJEITADO segundo os seguintes critérios:

I. Aceito - quando todos os produtos forem entregues/executados e estiverem em pleno funcionamento nas dependências da CONTRATANTE, não cabendo nenhum ajuste, apenas a garantia de funcionamento e demais serviços associados, após a emissão do TRD;

II. Rejeitado - quando o objeto contratado não for aceito pela CONTRATANTE, sujeitando-se a CONTRATADA às penalidades estabelecidas para o caso.

d) Caso não atenda as especificações, a empresa poderá ser penalizada pelo descumprimento do estabelecido no Edital e proposta, nos termos da CLÁUSULA DO CONTRATO, sem prejuízo da aplicação de outras sanções.

e) Após aceitação do objeto em conformidade com as especificações do Edital e proposta, será procedida o atesto na Nota Fiscal, autorizando-se o pagamento, nos termos da CLÁUSULA DO CONTRATO.

f) A garantia terá início a partir do recebimento definitivo e aceite da Solução de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede e dos serviços de implantação, instalação e configuração da solução, e vigorará pelo período de 36 (trinta e seis) meses.

1.6.3. Da propriedade e sigilo

a) A CONTRATADA deve manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, códigos fonte ou artefatos contidos em quaisquer documentos/mídias de que venha a ter conhecimento durante a execução do contrato, não podendo sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela CONTRATANTE a tais documentos;

b) O profissional da CONTRATADA que eventualmente prestar serviços na CONTRATANTE deve assinar o Termo de Confidencialidade (Anexo I do Contrato), declarando total obediência às normas de segurança vigentes, ou que venham a ser implantadas, a qualquer tempo, no âmbito da CONTRATANTE.

c) Deverá observar as normas de segurança institucionais da CONTRATANTE.

1.6.4. Quantidade mínima de bens e/ou serviços para comparação e controle

Item	Descrição	Quant.	Unidade
1	Solução de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede (Network Security Policy Management - NSPM)	1	Solução
2	Serviços de implantação, instalação e configuração da solução.	1	Serviço
3	Treinamento	5	Vaga
4	Suporte Técnico	36	Mês
5	Banco de horas de suporte técnico	360	horas

1.6.5. Mecanismos formais de comunicação

a) No caso de notificação sobre quaisquer irregularidades na execução do contrato, a CONTRATADA será comunicada pela equipe de gestão e fiscalização do contrato, mediante ofício ou comunicação eletrônica; ou, caso o assunto seja submetido à instância superior, será comunicada por meio da Diretoria-Geral, mediante notificação;

b) A comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, para fins de encaminhamento de Contrato, Empenho ou outro documento, deve ocorrer sempre via eletrônica;

c) Todas as comunicações entre as partes serão juntadas aos autos do respectivo processo;

d) Comunicação à contratada de todas e quaisquer ocorrências relacionadas ao fornecimento da Solução de TI;

1.6.6. Manutenção de sigilo e normas de segurança

a) O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

b) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

1.7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

1.7.1. Critérios de aceitação

a) Os produtos/serviços serão verificados quantitativamente na entrega para, posteriormente, ser submetida a testes de funcionamento, qualitativos com vistas ao recebimento definitivo.

b) Os produtos/serviços adquiridos deverão funcionar com 100% de suas capacidades/características.

- c) Os produtos/serviços serão entregues/executados a partir da realização da contratação e será recebido provisoriamente, até que sejam avaliados e testados, dentro do prazo estabelecido no contrato, por equipe técnica designada, que deverá emitir parecer conclusivo sobre a aceitação dos produtos em questão, o qual caracterizará o aceite definitivo.
- d) O recebimento provisório dos produtos será realizado pelo fiscal técnico, através de termo de recebimento.
- e) O recebimento definitivo da solução será realizado pelos fiscais requisitante, técnico e administrativo, através de termo de recebimento.
- I) Verificar o cumprimento da obrigação da contratada de manter todas as condições exigidas para a habilitação e qualificação na contratação inicial, periodicamente.
- II) Verificar se o licenciamento dos produtos está disponível no portal do fabricante em nome da Instituição com a quantidade contratada de cada produto.

1.7.2. Procedimentos de teste e inspeção

Como metodologia da avaliação da qualidade e da adequação dos produtos de TIC, serão realizados os seguintes procedimentos:

1.7.2.1. Testes individuais dos produtos/serviços contratados após instalação/execução;

1.7.2.2. Testes de acesso dos produtos/serviços contratados, para acompanhar a performance dos mesmos: Uma vez implantados, devem ser acompanhados a aplicabilidade dos produtos/serviços adquiridos/executados, sua eficácia e aplicabilidade em casos concretos, bem como o atendimento das solicitações de chamado de suporte técnico e atualização em garantia. Será medido o atraso na resolução do chamado por meio do confronto entre os relatórios de solicitação e o tempo de atendimento em cada chamado.

1.7.3. Níveis mínimos de serviço exigidos

A CONTRATADA deverá entregar a quantidade total, conforme definido no contrato, e prestar garantia de **36 (trinta e seis) meses** a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte à data de emissão do **Termo de Aceite referente ao aceite definitivo do Item 1 (Solução de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede) e do Item 2 (Serviços de implantação, instalação e configuração da solução)**, bem como a prestação dos serviços conforme descrito no **ITEM 4: SUPORTE TÉCNICO**.

1.7.4. Sanções administrativas e procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

a) Aplicam-se à presente contratação, as sanções e demais disposições previstas na Resolução nº 308/2003 – PGJ, publicado no D.O.E. de 19 de março de 2003, alterada pela RESOLUÇÃO N.º 1.780/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024, cujas cópias são partes integrantes do Contrato, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações e Resolução nº 1.771/2024 – PGJ de 30 de janeiro de 2024.

b) Quando aplicada a multa, esta poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou recolhida, conforme disposto no art. 10 da Resolução nº 308/2003 - PGJ, publicado no D.O.E. de 19 de março de 2003, alterada pela RESOLUÇÃO N.º 1.780/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024.

c) Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente, poderão ser aplicadas nas penalidades estabelecidas na Cláusula **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

d) Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que:

I) Não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

II) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da Solução de TI, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

1.7.5 Do Pagamento

1.7.5.1. O contrato será executado sob regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

1.7.5.2. O pagamento de cada parcela mensal será efetuado no 30º (trigésimo) dia a contar do Termo de Aceite Definitivo do Item 2 (Serviços de implantação, instalação e configuração da solução), que será expedido pela equipe de fiscalização designada pelo CONTRATANTE, e se processará mediante crédito na conta corrente da EMPRESA CONTRATADA, em agência do Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação vigente. As parcelas mensais referem-se aos serviços dos Itens 4 (Suporte Técnico) e 5 (Banco de horas de suporte técnico), observando-se, para o Item 5, o pagamento conforme a utilização e medição das horas efetivamente empregadas no período.

1.7.5.3. No caso de devolução da nota fiscal ou fatura, por sua inexatidão ou da dependência de carta corretiva, nos casos em que a legislação admitir, o prazo fixado no subitem acima será contado da data de entrega da referida correção.

1.7.5.4. O Ministério Público do Estado de São Paulo poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

1.7.6 Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento da execução do contrato será realizado pela Diretoria de Planejamento e Gestão e Diretoria de

Infraestrutura e Operações, por meio da equipe de gestão e fiscalização, conforme Cláusula do contrato, com as seguintes atribuições:

Indicações do Gestor, Fiscal Requisitante, Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo e seus respectivos suplentes para o contrato, conforme informado abaixo:

- a) Fiscal Requisitante: Selma Saglauskas Dias Gambarini
- b) Suplente: Wilson Braga Silva
- c) Fiscal Técnico: Wilson Braga Silva
- d) Suplente: Selma Saglauskas Dias Gambarini
- e) Fiscal Administrativo: Maurilio Pereira Figueiredo
- f) Suplente: Antonio Rodrigues Cordeiro Filho
- g) Gestor do contrato: Antonio Carlos Guimarães
- h) Suplente: Oswaldo de Caprio Filho

1.7.6.1 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas conforme as atribuições previstas na Resolução nº 1.767/2024 – PGJ, de 30 de janeiro de 2024.

1.7.7 Equipe de gestão, fiscalização e suplente da contratação, responsáveis por fiscalizar a execução contratual:

1.7.7.1 Deverá realizar todas as atividades das etapas de gestão do contrato, com os respectivos papéis e responsabilidades, consideram-se as seguintes atribuições:

- a) **Fiscal Requisitante:** servidor representante da Área Requisitante da solução, competente dessa área para fiscalizar o contrato do ponto de vista de negócio e funcional da solução de TI;
- b) **Fiscal Técnico:** servidor representante da Área de Tecnologia da Informação, competente para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos técnicos da solução;
- c) **Fiscal Administrativo:** servidor representante da Área Administrativa do CTIC, competente para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos da execução, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes, obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, e demais obrigações contratuais;
- d) **Gestor do Contrato:** servidor com atribuições gerenciais, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual.

1.7.7.2 Haverá verificação periódica do cumprimento da obrigação da contratada de manter todas as condições exigidas para a habilitação e qualificação na contratação inicial.

1.7.8 Recursos Humanos

A diretoria de Infraestrutura e Operações do CTIC realizará o acompanhamento da implantação da solução.

1.7.9 Recursos Materiais

A Instituição já possui os equipamentos para implantação e manutenção da solução contratada.

1.7.10. Da extinção do contrato

1.7.10.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7.10.2. A Contratada reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7.10.3. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/21, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1.7.10.4. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

1.7.10.4.1. Se a operação societária de que trata este subitem implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

1.7.10.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

1.7.10.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

1.7.10.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

1.7.10.5.3. Indenizações e multas.

1.7.10.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

1.7.10.7. Se for constatada irregularidade no certame ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº

14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

1.7.11. Da garantia da execução do contrato

A CONTRATADA fica dispensada do oferecimento de garantia da execução do Contrato, em face do disposto no “caput” do artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações

1.8. Estimativa de preços da contratação

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Preço Médio	
				Unitário	Total
1	Solução de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede	1	Solução	638.512,17	638.512,17
2	Serviços de implantação, instalação e configuração da solução.	1	Serviço	70.392,61	70.392,61
3	Treinamento	5	Vaga	6.612,73	33.063,65
4	Suporte Técnico	36	Mês	9.588,80	345.196,80
5	Banco de horas de suporte técnico	360	horas	450,26	162.093,60
	TOTAL				1.249.258,83

1.9. Adequação orçamentária

1.9.1. A despesa decorrente da presente licitação irá onerar recursos dos elementos 339040.90 - Serviços de Tecnologia da Informação, 339039.61- Treinamentos/Cursos, onerando recursos da UGO 270010, UGE 270033 – FED-Ministério Público, PTRES 270106 da Atividade 615 – Aperfeiçoamento das Atividades do Ministério Público, Fonte de recursos 175930005.

1.10. Da vigência do contrato

- 1.10.1. O Contrato terá vigência de 40 (quarenta) meses contados a partir da data da assinatura do último signatário, na forma do § 2º do artigo 106 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.10.2. O prazo de execução poderá ser prorrogado, mediante expressa manifestação de vontade das partes, formalizada por termo de aditamento, no caso de comprovada necessidade da Administração, para conclusão do objeto, e desde que não decorra de culpa da contratada, observando-se o disposto na RESOLUÇÃO Nº 308/2003 – P.G.J., DE 18 DE MARÇO DE 2003, alterada pela RESOLUÇÃO Nº 1.780/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024.
- 1.10.3. Estão inclusos no período de vigência contratual os prazos de entrega, execução, aceite e garantia (ressalvado o prazo de execução do **Item 5 – Banco de horas de suporte técnico**, que é **sob demanda**), na seguinte conformidade:
- a) Item 1 – Solução de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede: **prazo de entrega** conforme item 1.4.5;
 - b) Item 2 – Serviços de implantação, instalação e configuração da solução: **prazo de execução** conforme item 1.4.5;
 - c) Item 3 – Treinamento: **prazo de execução** conforme item 1.4.5;
 - d) Prazo de garantia: **36 (trinta e seis) meses** a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte à data de emissão do **Termo de Aceite Definitivo do Item 2 (Serviços de implantação, instalação e configuração da solução)**;
 - e) Item 4 – Suporte Técnico: **prazo de execução** conforme item 1.4.5;
 - f) Item 5 – Banco de horas de suporte técnico: **execução sob demanda**, conforme item 1.4.5.
- 1.10.4. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa da CONTRATADA:
- a) A CONTRATADA será constituída em mora, aplicáveis a ela as respectivas sanções administrativas;
 - b) O CONTRATANTE poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.11. Do reajuste de preços

Os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços estão disciplinados no Contrato.

1.12. Dos critérios de seleção do fornecedor

1.12.1. Regime, tipo e modalidade da licitação

1.12.1.1. Pregão eletrônico, conforme disposto na Seção II - Das Modalidades de Licitação, inciso I do artigo 28 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.;

1.12.1.2. Regime de empreitada por preço global.

1.12.2 Justificativa para a aplicação do direito de preferência e margens de preferência

São aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

1.13. Exigências de habilitação

Não será admitida a participação de empresa enquadrada como Microempreendedor Individual (MEI), por incompatibilidade com a complexidade do objeto e exigências de execução continuada.

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a) Habilitação jurídica

I) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - **EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

III) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

IV) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

V) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à [Lei nº 12.690, de 2012](#); documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

b) Habilitação fiscal, social e trabalhista

I) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

II) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

III) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

IV) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

V) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

VI) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

1.13.1. Qualificação Econômico-Financeira

1.13.1.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples.

1.13.1.2. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária.

1.13.1.3. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso."

1.13.3. Qualificação Técnica

1.13.3.1. Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando aptidão da licitante para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis, em características, quantidades e prazos, com o objeto do item 1 deste Termo de Referência, que consiste:

- 01 (uma) Solução de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede (NSPM);

1.13.3.1.1. Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante, desde que emitidos em favor de empresa integrante do mesmo CNPJ raiz, cabendo à licitante comprovar a vinculação (matriz/filial) quando solicitado.

1.13.3.2. Declaração elaborada pela licitante, conforme modelo do Anexo IX do Edital, subscrita por seu representante legal, nos termos do inciso III do artigo 67 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, comprometendo-se a apresentar, na data da assinatura do contrato, os seguintes documentos:

1.13.3.2.1. Certificado de profissional técnico na solução proposta, emitido pelo fabricante ou por entidade por ele reconhecida ou autorizada, comprovando a habilitação e qualificação técnica para atuar na implantação, instalação, configuração e suporte da solução de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede (NSPM) ofertada.

1.13.3.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

1.13.3.4. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados abaixo, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.13.3.4.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

1.13.3.4.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

1.14. Outras comprovações

1.14.1. Para fins de habilitação, o licitante deverá apresentar:

a) Declaração Unificada Exigida para Habilitação, conforme Anexo do edital IV.1.

b) Declaração de Elaboração Independente de Proposta e Atuação conforme ao Marco Legal Anticorrupção, conforme Anexo do edital IV.2.

c) Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme Anexo do edital IV.3.

d) Declaração de Enquadramento como Cooperativa que preencha as Condições Estabelecidas no Art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, conforme Anexo do edital IV.4.

e) Declaração para fins de atendimento ao art. 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021, conforme Anexo do edital IV.5.

1.14.2. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#):

a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

e) Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

f) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

g) Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.

1.14.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

1.14.3.1. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

1.14.3.2. O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

1.14.4. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil,

nos termos da Medida Provisória 2.200-2, de 24/08/2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o eventual envio de documentos originais e/ou cópias autenticadas.

1.14.4.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento dos requisitos de habilitação, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital, ou ainda quando a lei expressamente o exigir.

1.14.5. Poderão ser aceitos, para fins de habilitação, os documentos cuja emissão for possível via acesso ao respectivo sítio da "internet", mediante confirmação pelos agentes públicos que atuam na licitação.

1.14.5.1. O Ministério Público não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios.

1.15. Da vedação à participação de empresas em consórcio

Não será admitida à participação em consórcio em razão do objeto da presente licitação não se revestir de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto econômico.

1.16. APROVAÇÃO PELA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Nome Integrante Requisitante – Lider da Equipe de Planejamento: Selma Saglauskas Dias Gambarini
Nome Integrante Técnico: Wilson Braga Silva
Nome Integrante Administrativo: Maurilio Pereira Figueiredo

ANEXO I.I

CTIC - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

CTIC - Estudo Técnico Preliminar

Este documento obedece às seguintes leis e resoluções:

Lei Federal nº 14.133/2021 de [1º de abril de 2021](#);

Artigos 8º, 17, 20, 21, 22 e 23, e demais dispositivos da Resolução nº 283 de 5 de fevereiro de 2024 do Conselho Nacional do Ministério;

Manual de Orientações Técnicas (MOTec) do Conselho Nacional do Ministério Público

RESOLUÇÃO Nº 1.767/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024;

RESOLUÇÃO Nº 1.771/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024.

PROCESSO SEI nº 29.0001.0108979.2025-49

NOME: PROJETO/SOLUÇÃO

Contratação de solução de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede (em inglês, Network Security Policy Management, ou NSPM), instalação e configuração da solução, treinamento e suporte por 36 meses.

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de oficialização da demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

1. DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS

1.1 Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido

O MPSP possui uma infraestrutura de rede complexa e em constante evolução, que suporta diversas atividades críticas para o cumprimento de sua missão institucional. Atualmente, o gerenciamento das políticas de segurança de rede é realizado de forma manual, descentralizada e utilizando ferramentas nativas de cada dispositivo. Esta abordagem apresenta as seguintes deficiências:

- a) Inconsistência e Erros de Configuração: A falta de uma visão centralizada e a dependência de processos manuais aumentam a probabilidade de erros na configuração das políticas de segurança, gerando potenciais vulnerabilidades e brechas de segurança;
- b) Dificuldade na Auditoria e Conformidade: A ausência de um sistema unificado dificulta a realização de auditorias eficientes para verificar a conformidade com as políticas internas de segurança e com as normas e regulamentações externas aplicáveis;
- c) Complexidade na Implementação e Alteração de Políticas: A necessidade de configurar individualmente cada dispositivo de rede torna o processo de implementação de novas políticas ou a alteração de regras existentes demorado, complexo e propenso a erros;
- d) Visibilidade Limitada: A falta de uma visão integrada das políticas de segurança dificulta a compreensão do seu impacto na conectividade e na postura geral de segurança da rede, prejudicando a capacidade de identificar e responder a incidentes de segurança de forma proativa;
- e) Ineficiência Operacional: O gerenciamento descentralizado consome um tempo significativo da equipe técnica, que poderia ser alocado em atividades mais estratégicas para a segurança da informação.

1.1.1 Identificação das necessidades de negócio

A necessidade de uma solução de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede (NSPM) surge para mitigar essas deficiências, proporcionando um gerenciamento centralizado, automatizado e eficiente das políticas de segurança, elevando o nível de segurança da informação e otimizando os processos da área de tecnologia da informação.

- a) Prover soluções para aprimorar a segurança da informação no ambiente computacional;
- b) Promover a evolução das soluções tecnológicas do ambiente computacional;
- c) Promover atualização de segurança no parque de computadores;
- d) Promover ações em conformidade com a LGPD;
- e) Aprimorar a eficiência da rede de dados.

1.2 ALINHAMENTO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL – PCA

A solução pretendida foi incluída no PCA 2026 no presente exercício e encaminhado em processo separado para aprovação do PGJ.

1.3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

1.3.1. Requisitos de garantia

- a) Prazo de garantia, incluindo suporte técnico e atualização de software: 36 (trinta e seis) meses, a contar da data do termo de aceite definitivo da solução;

1.3.2 Requisitos de segurança

A execução do objeto desta contratação seguirá em estreita observância dos ditames estabelecidos pela LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) - LGPD.

1.3.3 Requisitos sociais, ambientais e culturais

Por se tratar de uma solução tecnológica digital, não há impacto ambiental no desenvolvimento das atividades previstas neste Termo de Referência. Ainda, não há utilização de recursos que comprometam a sustentabilidade ou produzam significativo impacto ambiental.

1.3.4 Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

- a) Monitoramento e Auditoria;
- b) Gerenciamento de Mudanças;
- c) Conformidade e Regulamentação;

- d) Análise de Riscos;
- e) Integração com Ferramentas de Segurança;
- f) Manutenção do suporte técnico e garantia de atualização do software, garantindo a conservação da segurança da informação.

1.3.5 Identificação das necessidades tecnológicas

Adquirir e implementar uma ferramenta de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede que permita o gerenciamento centralizado, automatizado e eficiente das políticas de segurança da informação e infraestrutura de rede do MPSP.

Item	Descrição	Quant.	Unidade
1	Solução de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede (Network Security Policy Management - NSPM)	1	Solução
2	Serviços de implantação, instalação e configuração da solução.	1	Serviço
3	Treinamento	5	Vaga
4	Suporte Técnico	36	Mês
5	Banco de horas de suporte técnico	360	horas

2. ESTIMATIVA DA DEMANDA – QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

Item	Descrição	Quant.	Unidade
1	Solução de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede (Network Security Policy Management - NSPM)	1	Solução
2	Serviços de implantação, instalação e configuração da solução.	1	Serviço
3	Treinamento	5	Vaga
4	Suporte Técnico	36	Mês
5	Banco de horas de suporte técnico	360	horas

3. PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Empresa 1		Empresa 2		Empresa 3		Preço Médio	
				Preço		Preço		Preço			
				Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total
1	Solução de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede	1	Solução	707.998,00	707.998,00	658.525,72	658.525,72	549.012,80	549.012,80	638.512,17	638.512,17

2	Serviços de implantação, instalação e configuração da solução.	1	Serviço	75.455,00	75.455,00	95.722,82	95.722,82	40.000,00	40.000,00	70.392,61	70.392,61
3	Treinamento	5	Vaga	1.838,20	9.191,00	10.000,00	50.000,00	8.000,00	40.000,00	6.612,73	33.063,65
4	Suporte Técnico	36	Mês	14.000,00	504.000,00	5.877,50	211.590,00	8.888,89	320.000,00	9.588,80	345.196,80
5	Banco de horas de suporte técnico	360	horas	230,77	83.077,20	420,00	151.200,00	700,00	252.000,00	450,26	162.093,60
	TOTAL				1.379.721,20		1.167.038,54		1.201.012,80		1.249.258,83

3.1. ANÁLISE DE SOLUÇÕES POSSÍVEIS

A análise de soluções visa identificar e avaliar as alternativas técnicas e econômicas para o atendimento da demanda de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede (NSPM), fornecendo as informações necessárias para subsidiar o processo de contratação.

A análise comparativa detalhada, incluindo as justificativas para a inviabilidade dos Cenários 1 e 2 e a demonstração de que o Cenário 3 é a solução viável mais vantajosa para o MPSP, está disposta nos itens subsequentes deste Estudo Técnico Preliminar.

3.2 IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES POSSÍVEIS

Solução	Descrição da solução (ou cenário)
1	Cenário 1 – Contratação de prestação terceirizada de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede (Network Security Policy Management - NSPM).
2	Cenário 2 – Utilização de soluções do tipo Software Livre / Open Source.
3	Cenário 3 – Aquisição de solução comercial unificada para Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede (Network Security Policy Management - NSPM)

3.3 ANÁLISE COMPARATIVA DE SOLUÇÕES

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se Aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Cenário 3	X		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de software)	Cenário 3		X	
A Solução é composta por software livre ou software público? (quando se tratar de software)	Cenário 3		X	

A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG?	Cenário 3			X
A Solução é aderente às regulamentações da ICPBrasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	Cenário 3			X
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos)	Cenário 3			X

3.4 REGISTRO DE SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS

Solução	Descrição da solução (ou cenário)
1	Cenário 1 – Contratação de prestação terceirizada de serviços de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede (Network Security Policy Management - NSPM)
2	Cenário 2 – Utilização de soluções do tipo Software Livre / Open Source.

3.4.1. Com base na avaliação das soluções de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede (Network Security Policy Management - NSPM), conclui-se que nenhuma delas atende completamente às necessidades do projeto. As principais razões para a inviabilidade das soluções incluem:

a) Cenário 1 – Contratação de prestação terceirizada de serviços de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede (NSPM):

- I) Dependência de Terceiros:** Ao terceirizar o gerenciamento de políticas de segurança de rede nos tornamos dependentes de uma empresa externa. Isso pode limitar a capacidade de resposta e ajustes nas políticas. Se o ambiente do terceiro não for liberado com acesso de administração, pode ser difícil e demorado conseguir acesso a relatórios, alterações necessárias, entre outros;
- II) Risco de Segurança:** Compartilhar informações sensíveis com uma empresa terceirizada pode aumentar o risco de vazamentos ou comprometimentos de dados;
- III) Controle Limitado:** A terceirização pode resultar em menor controle sobre as políticas de segurança e a infraestrutura de rede. Alterações e ajustes podem depender da disponibilidade e prioridade da empresa terceirizada;
- IV) Qualidade do Serviço:** A qualidade do serviço pode variar entre diferentes prestadores. É necessário um processo rigoroso de seleção e monitoramento contínuo para garantir que os padrões de segurança sejam mantidos.

b) Cenário 2 – Utilização de soluções do tipo Software Livre / Open Source:

- I) Suporte Limitado:** Soluções de software livre geralmente têm suporte limitado ou dependem de comunidades de usuários. Isso pode dificultar a resolução rápida de problemas críticos;
- II) Complexidade de Implementação:** A implementação e configuração de soluções open source podem ser complexas. Pode ser necessário investir tempo e recursos significativos para adaptar a solução às necessidades específicas da sua rede, e pode não haver suporte disponível caso ocorra algum problema;
- III) Atualizações e Manutenção:** A responsabilidade pelas atualizações e manutenção do software recai sobre a equipe interna, e pode não haver atualizações disponíveis para problemas críticos de forma rápida, justamente por seu suporte limitado/dependência de comunidades de usuários;
- IV) Integração:** A integração com outras ferramentas e sistemas existentes pode não oferecer compatibilidade total ou exigir customizações adicionais;
- V) Segurança:** Embora muitas soluções open source sejam robustas, a segurança pode ser uma preocupação se não forem configuradas corretamente. A falta de suporte oficial pode dificultar a implementação de práticas de segurança recomendadas;
- VI) Funcionalidades:** Ausência de funcionalidades essenciais para o projeto, como varredura de ativos específicos, análise de código-fonte e geração de relatórios customizados;

- VII) Precisão:** Resultados falsos positivos ou falsos negativos que podem comprometer a confiabilidade das análises;
- VIII) Atualizações:** Frequência de atualizações de assinaturas de vulnerabilidades insuficiente para garantir a proteção contra as últimas ameaças;
- IX) Interface:** Interface complexa e de difícil utilização que pode dificultar o trabalho dos analistas de segurança;
- X) Documentação:** Documentação incompleta ou desatualizada que pode dificultar a instalação, configuração e utilização da ferramenta;
- XI) Suporte:** Suporte limitado ou inexistente que pode dificultar a resolução de problemas e a obtenção de ajuda;
- XII) Integração:** Dificuldade de integração com outras ferramentas de segurança existentes na infraestrutura da organização;
- XIII) Escalabilidade:** Desempenho inadequado para ambientes com grande número de ativos, como data centers e redes complexas;
- XIV) Customização:** Dificuldade de personalizar relatórios e gerar alertas específicos para as necessidades do projeto.

4. ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS (TCO)

4.1 CÁLCULO DOS CUSTOS TOTAIS DE PROPRIEDADE

Não há custos inerentes ao ciclo de vida dos serviços a serem contratados, pois os valores de garantia e manutenção estão incluídos no valor total da contratação da solução.

4.2 MAPA COMPARATIVO DOS CÁLCULOS TOTAIS DE PROPRIEDADE (TCO)

Não há como fazer a comparação de custos, pois os valores de garantia e manutenção estão incluídos no valor total dos serviços.

4.3 SOLUÇÃO VIAVEL MAIS VANTAJOSA

Cenário 3 – Aquisição de solução comercial unificada para Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede (NSPM).

a) Centralização e Visibilidade:

- I) Centralização:** Uma solução unificada que permite gerenciar todas as políticas de segurança de rede a partir de uma única plataforma, facilitando a administração e reduzindo a complexidade;
- II) Visibilidade:** Proporciona visibilidade centralizada em tempo real de toda a infraestrutura de rede.

b) Automação e Eficiência:

- I) Automação:** Automatiza o processamento de políticas de segurança, incluindo a análise de regras de firewall, o que reduz a carga de trabalho manual e minimiza erros humanos;
- II) Eficiência:** Melhora a eficiência operacional ao simplificar a gestão de políticas e garantir que as configurações de segurança sejam consistentes e atualizadas.

c) Escalabilidade e Flexibilidade:

- I) Escalabilidade:** Suporta a expansão da infraestrutura de rede, permitindo que as políticas de segurança sejam facilmente adaptadas conforme a rede cresce;
- II) Flexibilidade:** Oferece flexibilidade para ajustar as políticas de segurança conforme as necessidades da organização mudam, incluindo a integração com soluções de micro segmentação e prevenção de intrusões.

d) Conformidade e Redução de Riscos:

- I) Conformidade:** Ajuda a garantir a conformidade com regulamentos e normas de segurança, fornecendo relatórios detalhados e auditorias de políticas;
- II) Redução de Riscos:** Identifica e ajuda a mitigar riscos de segurança, como configurações incorretas e lacunas de conformidade, protegendo a organização contra ameaças potenciais.

e) Integração e Suporte:

I) Integração: Facilita a integração com outras ferramentas de segurança e gerenciamento de rede, criando um ecossistema de segurança robusto;

II) Suporte: Oferece suporte técnico e atualizações regulares, garantindo que a solução permaneça eficaz e alinhada com as melhores práticas de segurança.

f) Suporte técnico especializado:

Fornecem suporte técnico especializado. o que pode ser crucial em caso de dúvidas ou problemas.

g) Funcionalidades avançadas:

Oferecerem funcionalidades mais avançadas e completas, como análise de vulnerabilidades complexas, relatórios detalhados e integração com outras ferramentas de segurança.

h) Atualizações regulares:

Lançam atualizações regulares para corrigir falhas de segurança e adicionar novas funcionalidades.

i) Garantia de qualidade:

Passam por testes rigorosos para garantir sua qualidade e confiabilidade.

5. ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Preço Médio	
				Unitário	Total
1	Solução de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede	1	Solução	638.512,17	638.512,17
2	Serviços de implantação, instalação e configuração da solução.	1	Serviço	70.392,61	70.392,61
3	Treinamento	5	Vaga	6.612,73	33.063,65
4	Suporte Técnico	36	Mês	9.588,80	345.196,80
5	Banco de horas de suporte técnico	360	horas	450,26	162.093,60
	<u>TOTAL</u>				1.249.258,83

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA

Item	Descrição	Quant.	Unidade
1	Solução de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede (Network Security Policy Management - NSPM)	1	Solução
2	Serviços de implantação, instalação e configuração da solução.	1	Serviço
3	Treinamento	5	Vaga
4	Suporte Técnico	36	Mês
5	Banco de horas de suporte técnico	360	horas

7. PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO DE TI

Não existe a possibilidade de aplicar o parcelamento em função do caráter indivisível da prestação de serviço, bem como se

tratar de modalidade de licitação de menor preço global.

8. RESULTADOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

A solução para Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede (NSPM) deverá oferecer uma série de resultados e benefícios significativos para o MPSP. Entre os principais, estão:

a) Resultados (Tangíveis e Mensuráveis):

- I) Redução de Erros de Configuração;
- II) Aumento da Eficiência Operacional;
- III) Melhora da Visibilidade e Controle;
- IV) Melhora da Conformidade Regulatória;
- V) Melhora da Agilidade e Flexibilidade;
- VI) Redução do Tempo de Resposta a Incidentes.

b) Benefícios (Impactos Estratégicos e de Longo Prazo):

- I) Fortalecimento da Postura de Segurança;
- II) Minimização de Riscos de Segurança;
- III) Melhora da Continuidade dos Negócios;
- IV) Aumento da Confiança do Cidadão e da Reputação da Instituição;
- V) Otimização do Desempenho da Rede;
- VI) Facilitação da Adoção de Novas Tecnologias;
- VII) Melhora da Colaboração entre Equipes;
- VIII) Suporte ao Crescimento e à Escalabilidade.

9. DESENVOLVIMENTO DE AGENTES PÚBLICOS

Não há necessidade de desenvolvimento de competências de agentes públicos para fins de gestão contratual, a equipe já tem conhecimento das funções que serão desempenhadas.

10. ATIVIDADES DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À DISPONIBILIDADE DE TEMPO PARA APLICAÇÃO DAS LISTAS DE VERIFICAÇÃO E ROTEIROS DE TESTES.

Lista de verificação

Etapas	Indicador
Verificação dos itens da solução	Conferência das licenças e serviços
Instalação da solução	Aferição das funcionalidades

Roteiro de testes Etapa Indicador

Etapas	Indicador
Realizar testes individuais da solução	Acompanhar a performance da solução e se relatórios gerados atendem ao escopo do projeto
Validar a eficácia e aplicabilidade	Aplicar em casos reais/concretos

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há interdependência com outras contratações.

12. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente Declaração de Viabilidade visa a justificar a contratação de uma Solução de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede (NSPM) para a organização baseada no menor custo, já que as soluções testadas atendem nossas necessidades. A escolha de uma Solução de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede (NSPM) se baseia em sua capacidade de definir, implementar e gerenciar regras e procedimentos que protegem a infraestrutura de rede e os dados de uma organização

13.1 A adoção de uma solução desse tipo é justificada pelos seguintes motivos:

- a)** Garante a administração de todo o ciclo de vida da política de segurança para garantir uma conectividade contínua e segura;
- b)** Através de uma única console é possível detectar automaticamente os requisitos de conectividade de aplicativos, fazer uma análise de risco proativa e rapidamente planejar e executar alterações na segurança da rede e desativar com segurança as regras do firewall;
- c)** Garante a conformidade contínua e reduz drasticamente os esforços de preparação de auditoria de firewall, que passa a ser feita de forma automática.

13.2 A contratação de um Gerenciador de Políticas de Segurança de Rede (NSPM) proporcionará os seguintes benefícios:

a) Centralização e Visibilidade:

- I) Centralização:** Uma solução unificada que permite gerenciar todas as políticas de segurança de rede a partir de uma única plataforma, facilitando a administração e reduzindo a complexidade;
- II) Visibilidade:** Proporciona visibilidade centralizada em tempo real de toda a infraestrutura de rede.

b) Automação e Eficiência:

- I) Automação:** Automatiza o processamento de políticas de segurança, incluindo a análise de regras de firewall, o que reduz a carga de trabalho manual e minimiza erros humanos;
- II) Eficiência:** Melhora a eficiência operacional ao simplificar a gestão de políticas e garantir que as configurações de segurança sejam consistentes e atualizadas.

c) Escalabilidade e Flexibilidade:

- I) Escalabilidade:** Suporta a expansão da infraestrutura de rede, permitindo que as políticas de segurança sejam facilmente adaptadas conforme a rede cresce;
- II) Flexibilidade:** Oferece flexibilidade para ajustar as políticas de segurança conforme as necessidades da organização mudam, incluindo a integração com soluções de micro segmentação e prevenção de intrusões.

d) Conformidade e Redução de Riscos:

- I) Conformidade:** Ajuda a garantir a conformidade com regulamentos e normas de segurança, fornecendo relatórios detalhados e auditorias de políticas;
- II) Redução de Riscos:** Identifica e ajuda a mitigar riscos de segurança, como configurações incorretas e lacunas de conformidade, protegendo a organização contra ameaças potenciais.

e) Integração e Suporte:

- I) Integração:** Facilita a integração com outras ferramentas de segurança e gerenciamento de rede, criando um ecossistema de segurança robusto;
- II) Suporte:** Oferece suporte técnico e atualizações regulares, garantindo que a solução permaneça eficaz e alinhada com as melhores práticas de segurança.

13. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES (*) DE ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE PARA A EXECUÇÃO CONTRATUAL.

(*) Infraestrutura tecnológica e elétrica, logística, espaço físico, mobiliário e outras que se apliquem.

Não há necessidade de adequação do ambiente para a execução contratual, haja vista a Instituição já possuir a infraestrutura tecnológica necessária.

14. AVALIAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS À IMPLANTAÇÃO E À MANUTENÇÃO DA SOLUÇÃO DE TI.

15.1 Para a implantação:

02 (dois) analistas da área de Infraestrutura e Operações, da equipe de Segurança da Informação.

15.2 Para a manutenção:

02 (dois) analistas como foco principal, e 03 (três) analistas como backup no caso de impossibilidade dos dois primeiros.

15. APROVAÇÃO E ASSINATURA

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pelo Art. 8 Seção I da RESOLUÇÃO Nº 283, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2024 do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

Integrante Requisitante – Lider da Equipe de Planejamento: Selma Saglauskas Dias
Gambarini

Integrante Técnico: Wilson Braga Silva

Integrante Administrativo: Maurílio Pereira Figueiredo

ANEXO II

RESOLUÇÃO Nº 308/2003 - P.G.J., DE 18 DE MARÇO DE 2003, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO Nº 1.780/2024-PGJ, DE 30 DE JANEIRO DE 2024

Estabelece normas para a aplicação de multas previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações e na Lei Estadual n.º 6.544, de 22 de novembro de 1989, no âmbito do Ministério Público do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

O **Procurador-Geral de Justiça**, no uso de suas atribuições previstas no artigo 19, inciso IX, alínea "a", da Lei Complementar n.º 734, de 26 de novembro de 1993,

Considerando o que estabelece o artigo 115 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações,

Considerando a necessidade de se adaptar a atual norma sobre aplicação de multas no âmbito deste Ministério Público,

Resolve:

Art. 1º. A sanção administrativa de multa prevista na Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021, será aplicada, no âmbito do Ministério Público, de acordo com as normas estabelecidas nesta Resolução. (Redação dada pela Resolução nº 1.780/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024)

Art. 2º. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Ministério Público, ensejará a aplicação de multa correspondente de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do respectivo ajuste, conforme previsto no edital. (Redação dada pela Resolução nº 1.780/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024)

Artigo 3º - O atraso injustificado na execução do serviço, obra ou fornecimento do material, sujeitará o contratado à multa de mora, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, na seguinte conformidade:

I – de 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias; (Redação dada pela Resolução nº 1.780/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024)

II – atraso superior a 30 (trinta) dias caracteriza inexecução parcial ou total, conforme o caso, aplicando-se o disposto no artigo 6º. (Redação dada pela Resolução nº 1.780/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024)

Artigo 4º - O atraso será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil, de expediente da Instituição, subsequente ao término do prazo estabelecido para a entrega do material ou execução da obra ou do serviço, até o dia anterior à sua efetivação.

Artigo 5º - O material recusado ou serviço executado em desacordo com o estipulado, deverá ser substituído ou refeito no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da comunicação da recusa.

Parágrafo único - A não ocorrência da substituição ou nova execução dos serviços ensejará a aplicação da multa estabelecida no artigo 3º desta Resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo fixado no "caput" deste artigo.

Artigo 6º - Pela inexecução total ou parcial dos serviços, obras ou fornecimento de materiais poderá ser aplicada multa:

I - de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor das mercadorias não entregues ou da obrigação não cumprida. (Redação dada pela Resolução nº 1.780/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024.)

§ 1º - Na aplicação da multa a que se refere o inciso I deste artigo, levar-se-á em conta o tipo de objeto, o montante de serviço, obras ou materiais eventualmente executados ou entregues e os prejuízos causados à Instituição e a reincidência da contratada.

Artigo 7º - O pedido de prorrogação do prazo para conclusão de obras, serviços ou para entrega de materiais, deverá ser encaminhado à Diretoria Geral e só será apreciado se apresentado antes do vencimento do prazo pactuado, devidamente justificado.

Parágrafo único - A unidade requisitante manifestar-se-á prévia e obrigatoriamente acerca da possibilidade de ser concedida a prorrogação ou da ocorrência de eventuais prejuízos.

Art. 8º. A aplicação de multa prevista nesta Resolução será apurada em processo administrativo, assegurada a defesa prévia, que deverá ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da notificação. (Redação dada pela Resolução nº 1.780/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024.)

Artigo 9º - Da aplicação da multa caberá recurso administrativo, que poderá ser interposto no Protocolo Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo, nos termos do § 4º do artigo 109 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar de sua notificação.

Artigo 10 - Decorridos 15 (quinze) dias da notificação da decisão definitiva, o valor da multa, aplicada após regular processo administrativo, será- descontado da garantia prestada quando da assinatura do contrato ou instrumento equivalente;

II - descontado de pagamentos eventualmente devidos, quando não houver garantia ou esta for insuficiente; ou

III - recolhido por intermédio de guia de recolhimento específica, pela própria pessoa física ou jurídica multada, preenchendo-se o campo respectivo com o código n.º 500, junto à Nossa Caixa Nosso Banco S/A.

Parágrafo único - Os valores provenientes das multas constituem receitas do Fundo Especial de Despesa do Ministério Público do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 3º da Lei Estadual n.º 10.332, de 21 de junho de 1999.

Artigo 11 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação da decisão definitiva de aplicação da multa e não tendo sido ela quitada, serão adotadas as medidas necessárias visando sua cobrança.

Parágrafo único - A atualização monetária da multa será efetuada, até a data de seu efetivo pagamento, com base no INPC - IBGE.

Art. 12. – A sanção de multa é autônoma e a sua aplicação não exclui a imposição de outras previstas na Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021. (Redação dada pela Resolução nº 1.780/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024.)

Parágrafo único. As multas aplicadas a uma mesma pessoa física ou jurídica, decorrentes de contratos distintos, serão exigidas cumulativamente. (Incluído pela Resolução nº 1.780/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024.)

Artigo 13 - A presente Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, todos os instrumentos convocatórios de licitação, contratos ou equivalentes.

Artigo 14 - As disposições constantes desta Resolução aplicam-se, também, às contratações decorrentes de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 15 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Ato Normativo nº 229/2000 - PGJ, de 03.03.2000.

ANEXO III

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO 90.008/2026

OBJETO: contratação de solução de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede (Network Security Policy Management - NSPM), instalação e configuração da solução, treinamento e suporte por 36 meses.

Prezados Senhores:

Após analisarmos, minuciosamente, toda a documentação constante do edital da licitação supracitada e de seus anexos e tomarmos conhecimento das suas condições, propomos entregar, sob nossa integral responsabilidade, nas condições e prazos constantes do edital, conforme abaixo descrito.

ITENS	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT.	UNID.	MARCA/FABRICANTE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Solução de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede, conforme especificações do Termo de Referência.	01	solução			
2	Serviços de implantação, instalação e configuração da solução., conforme especificações do Termo de Referência.	01	serviço			
3	Treinamento, conforme especificações do Termo de Referência.	05	vagas			
4	Serviço de suporte técnico, conforme especificações do Termo de Referência	36	mês			
5	Banco de horas de suporte técnico, conforme especificações do Termo de Referência.	360	hora			
PREÇO TOTAL (R\$)						

Os prazos para execução dos itens do objeto são:

Item 1 – Solução de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede:

Até 30 (trinta) dias corridos, a contar do 1º (primeiro) dia útil seguinte à data de assinatura do último signatário do contrato.

Item 2 – Serviços de implantação, instalação e configuração da solução:

Até em até 60 (sessenta) dias corridos, a contar do aceite definitivo do item 1.

Item 3 – Treinamento:

Até 180 (cento e oitenta) dias corridos, **contados a partir do aceite definitivo do item 2 (implantação, instalação e configuração da solução).**

Item 4 – Suporte Técnico:

36 (trinta e seis) meses, **a contar do aceite definitivo do item 2.**

Item 5 – Banco de horas de suporte técnico:

Sob demanda, **sob demanda, durante 36 (trinta e seis) meses, a contar do aceite definitivo do item 2.**

Prazo de garantia para o item 01: 36 (trinta e seis) meses a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte à data de emissão do

Termo de Aceite.

a) Deverá constar da proposta:

a.1. Deverão ser anexados à proposta catálogo e especificações técnicas da solução ofertada, podendo ser extraído de páginas do fabricante na INTERNET, com o respectivo endereço do "site" acessado.

a.2. Para cada requisito técnico do item 01 deste termo de referência deverá ser fornecida referência no manual ou datasheet ou documentação em site oficial do fabricante sobre a forma de ser cumprido;

a.2.1) Da empresa:

a) Número do CNPJ:

b) Razão Social:

c) Endereço completo:

d) Telefone(s) comercial:

e) E-mail comercial:

a.2.2) Do(s) representantes(s):

a) Nº do CPF:

b) Nome completo:

c) E-mail:

d) Telefone:

e) Se é sócio administrador:

(Local e data). _____

(Nome/assinatura do representante legal)

Dados bancários no Banco do Brasil (se a licitante já possuir conta-corrente no Banco do Brasil S/A):

Conta corrente nº:

Agência nº:

ou

A proponente, caso seja declarada vencedora do certame, compromete-se a abrir conta-corrente em uma das agências do Banco do Brasil S/A, logo após a publicação da homologação e adjudicação, informando imediatamente os dados ao Pregoeiro ou à Comissão de Contratação (se a licitante ainda não possuir conta-corrente no Banco do Brasil S/A).

OBS.: 1. A planilha de proposta deverá ser enviada somente pela licitante detentora da melhor oferta, conforme previsão contida no subitem 6.20.5 do ITEM 6 deste edital.

2. Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante. Caso a licitante não possua papel timbrado, deverá fazer sua identificação com, no mínimo, razão social, nº do CNPJ, endereço, e-mail e telefone.

3. O licitante deverá observar, além do parâmetro relativo ao valor total estimado da contratação, os valores de referência unitários e totais de cada item.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO IV

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO IV.1

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), CNPJ Nº _____, interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90.008/2026, Processo nº 060/25 - FED (SEI n. 29.0001.0108979.2025-49), DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

1. encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Previdência, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
2. declara a inexistência de superveniência de fato impeditivo à participação em licitações, promovidas por Órgãos ou Entidades Públicas, e do artigo 10 da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.
3. não se enquadra em nenhuma das hipóteses de vedações previstas na Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, em especial nos artigos 3º e 4º e alterações posteriores.
4. atende aos requisitos de habilitação, sendo que o declarante responde pela veracidade das informações prestadas (inc. I, art. 63, da Lei nº 14.133/2021).
5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (inc. IV, art. 63, da Lei nº 14.133/2021).
6. suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021).
7. Observa as normas relativas à saúde e segurança no Trabalho, para os fins estabelecidos pelo parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo.
8. Sem prejuízo das sanções e multas previstas na legislação aplicável ao caso, não se enquadra em nenhuma das hipóteses de vedação de contratar com a Administração Pública, previstas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.
9. Atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

ANEXO IV.2

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO, EM ATENDIMENTO À LEI FEDERAL Nº 12.846/2013

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), CNPJ Nº _____, interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90.008/2026, Processo nº 060/25 - FED (SEI n. 29.0001.0108979.2025-49), DECLARO, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a)** a proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b)** a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente Licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c)** que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d)** que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e)** que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- (f)** que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual n.º 69.588/2025, tais como:

- I** – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II** – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III** – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV** – no tocante a licitações e contratos:
 - a)** frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
 - b)** impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
 - c)** afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - d)** fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
 - e)** criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
 - f)** obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
 - g)** manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- V** – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO IV.3

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (em papel timbrado da licitante)

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM ME/EPP.

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), CNPJ Nº _____, interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90.008/2026, Processo nº 060/25 - FED (SEI n. 29.0001.0108979.2025-49), DECLARO, sob as penas da Lei, o seu enquadramento na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO IV.4

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO COOPERATIVA QUE PREENCHA AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART. 34, DA LEI FEDERAL Nº 11.488/2007 (em papel timbrado da licitante)

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM COOPERATIVAS.

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), CNPJ Nº _____, interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90.008/2026, Processo nº 060/25 - FED (SEI n. 29.0001.0108979.2025-49), DECLARO, sob as penas da Lei, que:

1. O Estatuto Social da cooperativa encontra-se adequado à Lei Federal nº 12.690/2012;
2. A cooperativa auferiu Receita Bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a ser comprovado mediante Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente;

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO IV.5

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA FINS DE ATENDIMENTO AO ART. 4º, §2º, DA LEI Nº 14.133/2021 (em papel timbrado da licitante)

Eu, _____ (nome completo), CPF nº _____, representante legal da empresa _____ (nome da licitante), CNPJ nº _____, DECLARO, sob as penas da lei, para fins de atendimento ao art. 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021, que referida empresa, no ano-calendário de realização do Pregão Eletrônico nº 90.008/2026, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V

RESOLUÇÃO Nº 37, DE 28 DE ABRIL DE 2009, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO Nº 241, DE 28 DE SETEMBRO DE 2021.

Altera as Resoluções CNMP nº 01/2005, nº 07/06 e nº 21/07, considerando o disposto na Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal.

O **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no exercício da competência prevista no art. 130-A, §2º, inciso II, da Constituição Federal e com arrimo no artigo 19 do Regimento Interno, à luz dos considerandos mencionados nas Resoluções CNMP nº 01, de 07.11.2005, nº 07, de 17.04.2006, e nº 21, de 19.06.2007, e considerando, ainda, o disposto na Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal, em conformidade com a decisão plenária tomada na sessão realizada no dia 28.04.2009, RESOLVE:

Art. 1º É vedada a nomeação ou designação para cargos em comissão e funções comissionadas, no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros, compreendido o ajuste mediante designações ou cessões recíprocas em

qualquer órgão da Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 2º É vedada a nomeação ou designação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de servidor ocupante, no âmbito do mesmo Ministério Público, de cargo de direção, chefia ou assessoramento, para exercício de cargo em comissão ou função comissionada, compreendido o ajuste mediante designações ou cessões recíprocas em qualquer órgão da administração pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 2º-A. Não se aplicam as vedações constantes nos artigos 1º e 2º à nomeação ou à designação de servidor efetivo para ocupar cargo em comissão ou função de confiança, desde que não exista subordinação direta entre o nomeado e o membro do Ministério Público ou servidor determinante da incompatibilidade. (Incluído pela Resolução nº 192, de 9 de julho de 2018)

Art. 2º-B. Não se aplicam as vedações previstas nos arts. 1º e 2º ao cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de membros ou servidores aposentados ou falecidos. (Acrescido pela Resolução nº 241, de 28 de setembro de 2021)

Art. 2º-C. Considera-se recíproca a nomeação ou designação de quaisquer das pessoas referidas nos arts. 1º e 2º, realizada diretamente ou mediante triangulação entre membro do Ministério Público ou servidor ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento, e outro agente político ou autoridade de órgão da Administração Pública, direta ou indireta, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Acrescido pela Resolução nº 241, de 28 de setembro de 2021)

Art. 2º-D. Aplicam-se as vedações previstas nos arts. 1º e 2º aos servidores oriundos de outros órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, que tenham cargo efetivo na instituição de origem e que se encontrem no exercício de alguma atividade submetida à administração do Ministério Público, que tenham parentesco com membro ou servidor ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento. (Acrescido pela Resolução nº 241, de 28 de setembro de 2021)

Art. 2º-E. Admite-se a nomeação de membro aposentado do Ministério Público para ocupar cargo em comissão na administração ministerial, desde que não esteja inserido em nenhuma das vedações previstas nos arts. 1º e 2º. (Acrescido pela Resolução nº 241, de 28 de setembro de 2021)

Art. 2º-F. As vedações previstas nos arts. 1º e 2º, quanto ao impedimento por parentesco superveniente à nomeação ou à designação, aplicam-se aos servidores efetivos do Ministério Público, apenas à nomeação ou designação para servir junto ao membro do Ministério Público determinante da incompatibilidade, vedada nova nomeação para outro cargo em comissão ou função comissionada. (Acrescido pela Resolução nº 241, de 28 de setembro de 2021)

Art. 2º-G. As vedações dos arts. 1º e 2º, no caso de impedimento superveniente, não se aplicam aos servidores sem vínculo com o Ministério Público, no exercício do cargo em comissão ou da função comissionada. (Acrescido pela Resolução nº 241, de 28 de setembro de 2021)

Art. 3º Constituem práticas de nepotismo vedadas no âmbito de todos os órgãos do Ministério Público da União e dos Estados: (Redação dada pela Resolução nº 172, de 4 de julho de 2017)

I – a contratação, em casos excepcionais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, de pessoa jurídica da qual sejam sócios cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou de servidor investido em cargo de direção e de assessoramento; (Incluído pela Resolução nº 172, de 4 de julho de 2017)

II – a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação. (Incluído pela Resolução nº 172, de 4 de julho de 2017)

§ 1º A vedação prevista no inciso II deste artigo não se aplica às hipóteses nas quais a contratação seja realizada por ramo do Ministério Público diverso daquele ao qual pertence o membro ou servidor gerador da incompatibilidade. (Incluído pela Resolução nº 172, de 4 de julho de 2017)

§ 2º A vedação constante do inciso II deste artigo se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os membros e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização. (Incluído pela Resolução nº 172, de 4 de julho de 2017)

§ 3º A contratação de empresa pertencente a parente de membro ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo órgão do Ministério Público competente, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório. (Incluído pela Resolução nº 172, de 4 de julho de 2017)

Art. 4º É vedada a prestação de serviço por empregados de empresas fornecedoras de mão-de-obra que sejam parentes até o terceiro grau dos respectivos membros ou servidores dos órgãos contratantes do Ministério Público da União e dos Estados, observando-se, no que couber, as restrições relativas à reciprocidade entre os Ministérios Públicos ou entre estes e órgãos da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, distrital ou municipal.

Parágrafo único. Cada órgão do Ministério Público estabelecerá, nos contratos firmados com empresas prestadoras de serviços, cláusula proibitiva da prestação de serviço no seu âmbito, na forma estipulada no caput.

Art. 5º. As vedações previstas nesta Resolução são aplicáveis no âmbito de cada Ministério Público Estadual e do Ministério Público da União, não se aplicando entre Ministérios Públicos de estados distintos e entre Ministério Público

Estadual e qualquer ramo do Ministério Público da União. (Redação dada pela Resolução nº 241, de 28 de setembro de 2021)

Art. 6º Os convênios gerais de credenciamento do Programa de Saúde e Assistência Social do Ministério Público da União - PLAN-ASSISTE com pessoas físicas e jurídicas (médicos, dentistas, clínicas, hospitais etc.) não estão sujeitos às restrições desta Resolução. (Redação dada pela Resolução nº 241, de 28 de setembro de 2021)

Art. 7º Os órgãos do Ministério Público da União e dos Estados adotarão as providências administrativas para adequação aos termos desta Resolução no prazo de trinta dias.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília-DF, 28 de abril de 2009.

ANTONIO FERNANDO BARROS E SILVA DE SOUZA
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

ANEXO VI

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

PROCESSO Nº /2025

CONTRATO Nº _/2026

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO E _____, RELATIVAMENTE À CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA DE REDE (NETWORK SECURITY POLICY MANAGEMENT - NSPM), INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DA SOLUÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE POR 36 MESES, OBJETO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº _/2026.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o número 01.468.760/0001-90, por meio do FUNDO ESPECIAL DE DESPESA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, C.N.P.J. nº 13.885.115/0001-52, com sede na Rua Riachuelo nº 115, CEP nº 01007-904, nesta Capital, neste ato representado pelo Doutor DÊNIS FÁBIO MARSOLA, Promotor de Justiça e seu Diretor-Geral, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro, a empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o número _____, estabelecida na Rua _____ - CEP _____, - _____, neste ato representada pelo Senhor _____, representante legal, CPF nº _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm certo e ajustado o presente Contrato, o qual reger-se-á pelas cláusulas e condições a seguir descritas, com inteira submissão à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e às Resoluções PGJ aplicáveis, disponíveis no sítio eletrônico <https://mpsp.mp.br/resolucoes-procuradoria-geral-de-justica>, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1.1. Constitui objeto da presente avença o fornecimento, ao **CONTRATANTE** de solução de gestão de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede (NSPM), instalação e configuração da solução, treinamento e suporte por 36 meses, abaixo descrita, constante do Pregão nº /2025, obedecidas as disposições estabelecidas no edital e as condições de fornecimento constantes da proposta apresentada pela **CONTRATADA** no mencionado procedimento.

1.1.2. **Item 1** – 01 (uma) Solução de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede (NSPM);

1.1.3. **Item 2** – 01 (Um) serviço de implantação, instalação e configuração da solução do item 01;

1.1.4. **Item 3** – 05 (cinco) Treinamento oficial do fabricante de configuração, administração e utilização de todo o Software ofertado na Solução de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede (NSPM);

1.1.5. **Item 4** – 36 (trinta e seis) meses de Serviço de suporte técnico;

1.1.6. **Item 5** – 360 (trezentos e sessenta) Horas de suporte técnico sob demanda.

1.1.7 O regime de execução do presente contrato é o de empreitada por preço global.

1.2. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado; e

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA 2ª - DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Contrato terá vigência de 40 (quarenta) meses contados a partir da data da assinatura do último signatário, na forma da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado, mediante expressa manifestação de vontade das partes, formalizada por termo de aditamento, no caso de comprovada necessidade do CONTRATANTE para conclusão do objeto, e desde que não decorra de culpa da CONTRATADA, observando-se o disposto na RESOLUÇÃO Nº 308/2003 – P.G.J., DE 18 DE MARÇO DE 2003, alterada pela RESOLUÇÃO Nº 1.780/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do contratado;

2.1.3. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.4. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.5. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada neste item, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

2.2. Estão inclusos no período de vigência contratual os prazos de entrega, aceite e garantia (ressalvado o prazo de execução do Item 05, que é sob demanda), na seguinte conformidade::

2.2.1. Prazo de recebimento provisório: 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento do produto.

2.2.2. Prazo de aceite definitivo: 5 (cinco) dias úteis do recebimento provisório, se de acordo.

2.2.3. Prazo de entrega/execução:

2.2.3.1. Item 01: em até 30 (trinta) dias corridos, a contar do 1º (primeiro) dia útil seguinte à data de assinatura do último signatário do contrato.

2.2.3.2. Item 02: em até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do aceite definitivo do item 1;

2.2.3.3. Item 03: em até 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir do aceite definitivo do item 2;

2.2.3.4. Item 04: durante 36 (trinta e seis) meses, a contar do aceite definitivo do item 2;

2.2.3.5. Item 05: Sob demanda, durante 36 (trinta e seis) meses, a contar do aceite definitivo do Item 2.

2.2.4. Prazo de garantia do item 1: 36 (trinta e seis) meses a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte à data de emissão do Termo de Aceite definitivo.

CLÁUSULA 3ª - CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL, DO PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO, DOS PRAZOS DO ACEITE PROVISÓRIO E DO ACEITE DEFINITIVO E DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO.

3.1. Os produtos/serviços deverão ser entregues/executados nos prazos constantes do subitem 2.2.3 da Cláusula 2ª na Rua Riachuelo 115, Centro, São Paulo, SP – Telefones: (11) 3119-9240/9241, ou outro local, nos limites da Capital, a critério do CONTRATANTE, mediante aviso por escrito com antecedência mínima de 48 horas.

3.2. Após a entrega/execução dos produtos/serviços, o CONTRATANTE submeterá os mesmos à verificação quanto às especificações constantes do Edital e da Proposta Comercial.

3.2.1. As verificações serão realizadas a critério do CONTRATANTE.

3.3. DO ACEITE PROVISÓRIO:

3.3.1. Para a entrega/execução dos produtos, a CONTRATADA deve disponibilizar o objeto do contrato nos prazos constantes do item 2.2.3, podendo ser prorrogado, mediante expressa manifestação de vontade das partes, formalizada por termo de aditamento, no caso de comprovada necessidade da CONTRATANTE, para conclusão do objeto, e desde que não decorra de culpa da contratada, observando-se o disposto na RESOLUÇÃO Nº 308/2003 – P.G.J., DE 18 DE MARÇO DE 2003, alterada pela RESOLUÇÃO Nº 1.780/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024.

3.3.2. A entrega/execução provisória dos produtos/serviços será realizada da seguinte forma:

3.3.2.1. A CONTRATADA deve fornecer à CONTRATANTE um CHECKLIST completo de todos os componentes entregues/realizados, a fim de facilitar e agilizar o recebimento.

3.3.3. Caso não atenda as especificações, a CONTRATADA poderá ser penalizada pelo descumprimento do estabelecido no Edital e proposta, nos termos da cláusula décima deste contrato, sem prejuízo da aplicação de outras sanções.

3.3.4. O Termo de Recebimento Provisório (TRP) será emitido pela CONTRATANTE, por meio do Fiscal Técnico, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da entrega/execução dos produtos e recebimento da nota fiscal, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

3.4. DO ACEITE DEFINITIVO:

3.4.1. Após a emissão do recebimento provisório, a CONTRATANTE analisará o perfeito funcionamento, segundo as especificações contidos no Edital e na proposta, pelo período de até 05 (cinco) dias úteis, findo o qual será emitido o Termo de Recebimento Definitivo (TRD) pelo Fiscais Requisitante, Técnico e Administrativo.

3.4.2. O aceite dos produtos/serviços deve ser efetuado pela equipe de gestão e fiscalização, designados em Portaria da Diretoria-Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo.

3.4.3. O recebimento definitivo dos produtos será classificado como ACEITO ou REJEITADO segundo os seguintes critérios:

3.4.3.1. Aceito - quando todos os produtos forem entregues/executados e estiverem em pleno funcionamento nas dependências da CONTRATANTE, não cabendo nenhum ajuste, apenas a garantia de funcionamento e demais serviços associados, após a emissão do TRD;

3.4.3.2. Rejeitado - quando o objeto contratado não for aceito pela CONTRATANTE, sujeitando-se a CONTRATADA às penalidades estabelecidas para o caso.

3.4.3.3. Caso não atenda as especificações, a CONTRATADA poderá ser penalizada pelo descumprimento do estabelecido no Edital e proposta, nos termos da CLÁUSULA DÉCIMA, sem prejuízo da aplicação de outras sanções.

3.4.4. Após aceitação do objeto em conformidade com as especificações do Edital e proposta, será procedida o atesto na Nota Fiscal, autorizando-se o pagamento, nos termos da CLÁUSULA QUINTA.

3.4.5. A garantia terá início a partir do recebimento definitivo e aceite do Item 1 (Solução de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede – NSPM) e vigorará pelo período de 36 (trinta e seis) meses.

3.4.6. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

3.5. Mecanismos formais de comunicação:

3.5.1. No caso de notificação sobre quaisquer irregularidades na execução do contrato, a CONTRATADA será comunicada pela equipe de gestão e fiscalização do contrato, mediante ofício ou comunicação eletrônica; ou, caso o assunto seja submetido à instância superior, será comunicada por meio da Diretoria-Geral, mediante notificação;

3.5.2. A comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, para fins de encaminhamento de Contrato, Empenho ou outro documento, deve ocorrer sempre via eletrônica;

3.5.3. Todas as comunicações entre as partes serão juntadas aos autos do respectivo processo;

3.5.4. Comunicação à contratada de todas e quaisquer ocorrências relacionadas ao fornecimento da Solução de TI;

3.6. Da propriedade e sigilo:

3.6.1. A CONTRATADA ficará proibida de veicular e comercializar os produtos e informações geradas, relativas à prestação dos serviços, salvo se houver a prévia autorização por escrito da CONTRATANTE.

3.6.2. A CONTRATADA deve manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, códigos fonte ou artefatos contidos em quaisquer documentos/mídias de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela CONTRATANTE a tais documentos.

3.6.3. Deverá ser exigido do profissional da CONTRATADA que tiver acesso aos sistemas/dependências da CONTRATANTE a assinatura do Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados (Anexo I do Contrato), comprometendo-se a não divulgar nenhum assunto tratado nas dependências da CONTRATANTE ou a serviço desta, salvo se expressamente autorizado;

3.6.4. O profissional da CONTRATADA que tiver acesso à estrutura computacional disponibilizada pela CONTRATANTE deve assinar termo declarando estar ciente de que esta não poderá ser utilizada para fins particulares e que a navegação em sítios da Internet e as correspondências em meio eletrônico utilizando endereço da CONTRATANTE ou acessadas a partir dos seus equipamentos poderão ser auditadas;

3.6.5. O profissional da CONTRATADA que prestar serviços na CONTRATANTE deverá assinar o Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados (Anexo I do Contrato), declarando total obediência às normas de segurança vigentes, ou que venham a ser implantadas, a qualquer tempo, no âmbito da CONTRATANTE.

3.6.6. Deverá ser observado todas as normas de segurança institucionais da CONTRATANTE.

CLÁUSULA 4ª - DO VALOR DO CONTRATO E RECURSOS CONSIGNADOS

4.1. Para efeito legal, o valor total deste Contrato é de R\$ (.....), sendo R\$(.....) para o presente exercício e o restante a conta da dotação orçamentária do próximo exercício, onerando recursos dos elementos 339040.90 - Serviços de Tecnologia da Informação, 339039.61- Treinamentos/Cursos, onerando recursos da UGO 270010, UGE 270033 – FED-Ministério Público, PTRES 270106 da Atividade 615 – Aperfeiçoamento das Atividades do Ministério Público, Fonte de recursos 175930005.

4.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

CLÁUSULA 5ª - DOS PREÇOS E DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. – O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de R\$ (.....), referente à solução constante do item 1;

5.2 – O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de R\$ (.....), referente aos serviços constantes do item 2;

5.3 – O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor unitário de R\$ (.....), totalizando R\$ (.....), referente aos treinamentos constantes do item 3;

5.4 – O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor mensal de R\$ (.....), totalizando R\$ (.....) anual, referente ao serviços constantes do item 4;

5.5 – O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor por hora de R\$ (.....), totalizando R\$ (.....), referente as horas de suporte constantes do item 5;

5.6. O pagamento será efetuado no 30º (trigésimo) dia, a contar da data do aceite definitivo correspondente ao item/etapa a que se referir o pagamento, a ser efetuado pelo **CONTRATANTE**, e se processará mediante crédito em conta corrente da **CONTRATADA** no Banco do Brasil S/A, nos termos da legislação vigente.

Para o Item 4 (Suporte Técnico), o pagamento mensal será efetuado a contar do aceite definitivo da prestação do serviço referente ao respectivo período. Para o Item 5 (Banco de Horas), quando houver utilização, o pagamento será efetuado a contar do aceite definitivo da medição das horas efetivamente executadas no período.

5.6.1 - O **CONTRATANTE** poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

5.6.2 - O pagamento em relação aos itens 1 e 2 será efetuado em parcela única.

5.7. – Por ocasião da apresentação da nota fiscal, (ou documento equivalente), deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- (a) Certificado de Regularidade do FGTS (“CRF”) emitido pela Caixa Econômica Federal;
- (b) Certidão negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- (c) Certidão de regularidade fiscal referente aos tributos do município onde está estabelecida;
- (d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

5.8. - É dispensada a apresentação de nova certidão - das mencionadas nas alíneas do item “5.7” - enquanto as anteriormente apresentadas estiverem dentro do prazo de validade expresso no referido documento. Neste caso, caberá à Contratada apresentar simples justificativa para a ausência da certidão, com fundamento neste item.

5.9. – A não apresentação dos documentos e comprovantes mencionados nesta cláusula, bem como do documento fiscal com as especificações necessárias, assegura ao **CONTRATANTE** o direito de sustar o pagamento respectivo, e/ou pagamentos seguintes até que se dê sua regularização.

5.10. – No caso de devolução da nota fiscal, por sua inexistência, na falta de apresentação dos documentos e comprovantes mencionados, ou na dependência de apresentação de carta corretiva, nos casos em que a legislação admitir, o prazo fixado no subitem 5.6, será contado a partir da data de entrega da referida correção.

5.11. – Na Nota Fiscal ou Fatura deverá constar, obrigatoriamente, a descrição completa dos produtos e valores.

5.12. - Os acréscimos ou supressões nos termos do disposto na Cláusula 9ª, implicarão alteração do valor contratado a partir da data de vigência do Termo Aditivo, até o vencimento deste Contrato.

5.13. - Havendo atraso nos pagamentos, sobre a quantia devida incidirá correção monetária nos termos do artigo 74 da Lei Estadual nº. 6.544/1989, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore* em relação ao atraso verificado.

5.14. - Constitui condição para a realização do pagamento, a inexistência de registros em nome da **CONTRATADA** no

“Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento.

5.15. - Deverá ser observada a obrigatoriedade da emissão da nota fiscal eletrônica (NF-e), conforme o caso e nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA 6º - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1 A CONTRATADA obriga-se:

6.1.1. a proceder a execução do objeto pactuado em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, durante toda a execução do Contrato;

6.1.2. a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.1.3. Garantir o Item 1 (Solução de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede – NSPM) pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar do aceite definitivo;

6.1.4. A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE as alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social ou Estatuto e enviar os documentos pertinentes a essas mudanças;

6.1.5. A contratada obriga-se a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, nos termos do art. 92, inciso XVII da Lei Federal nº 14.133/21;

6.1.6. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o item anterior, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

6.1.7. A Contratada deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

6.1.8. Designar o responsável e o respectivo substituto pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o CONTRATANTE, indicando o nome, o número de telefone e endereço de e-mail;

6.1.9. O CONTRATANTE poderá, justificadamente, não aceitar a indicação ou requerer a substituição do preposto;

6.1.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.11. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

6.1.12. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

6.1.13. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.1.14. Quando não for possível a verificação da regularidade no CAUFESP ou Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação, os seguintes documentos:

6.1.14.1. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

6.1.14.2. Certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento;

6.1.14.3. Certidão de Regularidade do FGTS-CRF; e

6.1.14.4. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas - CNDT.

6.1.15. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.16. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

6.1.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

6.1.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos

custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

6.1.19. A CONTRATADA deverá manter até o final da vigência deste contrato conduta ética e máximo profissionalismo na execução do objeto do presente instrumento;

6.1.20. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do CONTRATANTE.

6.1.21. Disponibilizar todos os meios e facilidades indispensáveis à fiscalização da Solução de TI pela CONTRATANTE;

6.1.22. Alocar os profissionais necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, empregando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

6.1.23. Orientar e treinar seus profissionais sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

6.1.24. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

6.1.25. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência e/ou Proposta, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

6.1.26 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.1.27. A CONTRATADA se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, em sintonia com a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e ao Decreto Estadual n.º 69.588/2025;

6.1.28 A CONTRATADA não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos e colaboradores;

6.1.29. O descumprimento das obrigações previstas nos subitens acima poderá submeter a CONTRATADA à extinção unilateral do contrato, a critério do CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração de processo administrativo de responsabilização, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e do Decreto Estadual n.º 69.588/2025.

6.1.30. A Contratada obriga-se a não admitir a participação na execução do contrato de:

6.1.30.1. Agente público de órgão ou entidade contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.30.2. Pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no certame ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.30.3. Pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.31. Observar a RESOLUÇÃO Nº 1.771/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024, a qual dispõe sobre a implantação de programa de integridade nas contratações do Ministério Público do Estado de São Paulo;

6.1.32. A CONTRATADA deverá executar o objeto da contratação, em estreita observância dos ditames estabelecidos pela LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais-LGPD);

6.1.33. O recebimento, a diligência, o encaminhamento e a resposta, na figura do preposto, das principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

6.1.34. O pronto atendimento de quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

6.1.35. A disponibilização de todos os meios e facilidades indispensáveis à fiscalização da Solução de TI pela CONTRATANTE;

6.1.36. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.37. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE;

6.1.38. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo

com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

6.1.39 A CONTRATADA deverá, no prazo máximo estipulado para o aceite definitivo, comunicar ao CONTRATANTE quanto a efetiva publicação no portal do Veritas, do licenciamento da solução em nome do CONTRATANTE, com a quantidade contratada de cada licença.

6.1.40. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

6.1.41. A CONTRATADA declara conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), Resolução nº 1.771/2024 - PGJ e se compromete a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por ela contratados.

CLÁUSULA 7ª – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

7.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, além de acompanhar o fornecimento, as especificações e a qualidade da solução, de acordo com as condições e prazos estabelecidos neste ajuste, efetuar o pagamento dos valores devidos, nos termos do subitem da respectiva cláusula do contrato;

2. Comunicar-se com a CONTRATADA, para fins de encaminhamento de contrato, nota de empenho ou outro documento, por meio eletrônico, preposto, ou seu substituto legal designado pela CONTRATADA;

3. Deverá notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade na execução do contrato, por meio da equipe de gestão e fiscalização do contrato, mediante ofício ou comunicação eletrônica, ou, caso submetido a assunto à Instância superior, por meio da Diretoria-Geral, mediante notificação;

4. Recebimento do objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, de acordo com as especificações realizadas e com os prazos e métodos previstos neste contrato e no Termo de Referência;

5. Aplicação das sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

6. Liquidação do empenho e pagamento da contratada dentro dos prazos estabelecidos em contrato;

7. Comunicação à contratada de todas e quaisquer ocorrências relacionadas ao fornecimento da Solução de TI;

8. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

9. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência.

10. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às expensas da CONTRATADA;

11. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

12. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus profissionais, prepostos ou subordinados;

13. Aplicação das sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

14. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação otimizável desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021;

15. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para adequada instrução do requerimento.

CLÁUSULA 8ª - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

A **CONTRATADA** fica dispensada do oferecimento de garantia da execução deste Contrato, em face do disposto no “caput” do artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA 9ª - DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO

Na forma estabelecida pelo artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões decorrentes da necessidade do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, mediante comunicação do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA 10ª - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Aplicam-se à presente contratação, as sanções e demais disposições previstas na Resolução nº 308/2003 – PGJ, publicado no D.O.E. de 19 de março de 2003, alterada pela RESOLUÇÃO N.º 1.780/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024, cujas cópias são partes integrantes deste Contrato, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações e Resolução nº 1.771/2024 – PGJ de 30 de janeiro de 2024.

10.2. Quando aplicada a multa, esta poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou recolhida, conforme disposto no art. 10 da Resolução nº 308/2003 - PGJ, publicado no D.O.E. de 19 de março de 2003, alterada pela RESOLUÇÃO N.º 1.780/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024.

CLÁUSULA 11ª - DOS TRIBUTOS E DEMAIS ENCARGOS

11. Os tributos, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, que sejam devidos em decorrência, direta ou indireta, do presente Contrato, serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**.

11.1. Se, durante o prazo de vigência deste Contrato, forem criados tributos novos ou ocorrerem modificações nas alíquotas atuais, de forma a comprovadamente, majorar ou diminuir o ônus das partes, serão estes revistos, a fim de adequá-los.

11.2. O valor do presente contrato inclui os tributos vigentes na data de assinatura do presente, decorrentes da legislação social ou fiscal, bem como os originários da relação empregatícia entre a CONTRATADA e o pessoal por ela empregado na execução deste Contrato (trabalhista, previdenciário e securitário), os quais ficarão inteiramente a cargo da CONTRATADA, não mantendo o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício com os empregados da mesma.

11.3. Na hipótese de eventual ação trabalhista por parte de empregados da CONTRATADA, contra o CONTRATANTE, a mesma assumirá total responsabilidade pelo objeto do pedido e/ou condenação final, bem como por eventuais autos de infração lavrados pelas autoridades fiscalizadoras da Delegacia Regional do Trabalho ou levantamentos fiscais previdenciários efetuados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS.

CLÁUSULA 12ª – DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

O controle será executado por equipe de gestão e fiscalização, designados em Portaria da Diretoria-Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo, à qual caberá a verificação do cumprimento regular do contrato, nos termos da lei e das normas internas do CONTRATANTE, comunicando à CONTRATADA os fatos eventualmente ocorridos para pronta regularização.

CLÁUSULA 13ª - DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, e alterações posteriores, o presente contrato é celebrado após procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, sob o nº _/2025, homologado por despacho do Senhor Diretor-Geral, conforme documento SEI nº .. do Processo nº /25 - FED.

CLÁUSULA 14ª - DAS NORMAS REGEDORAS DO CONTRATO

14.1. A presente contratação encontra-se vinculada ao Edital do Pregão nº/2025, e à Proposta da CONTRATADA, a qual faz parte integrante desta avença, como se aqui estivesse transcrita.

14.2. Aplica-se à presente contratação e aos casos omissos, o disposto na Lei Federal nº 14.133/21, com suas alterações e demais normas legais aplicáveis à espécie.

14.3. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

14.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

14.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a

celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.7. Caberá as partes observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da futura contratada, a que tenha acesso durante a execução do objeto contratado, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

CLÁUSULA 15ª - DA EXTINÇÃO

15.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.1.1. A Contratada reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/21, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.1.3.1. Se a operação societária de que trata este subitem implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

15.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

15.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.2.3. Indenizações e multas.

15.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

15.4. Se for constatada irregularidade no certame ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA 16ª – DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado no Portal da Transparência do Ministério Público do Estado de São Paulo, terá o seu extrato publicado no D.O.E e será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA 17ª – DAS COMUNICAÇÕES

17.1. As comunicações serão realizadas por meio do Sistema Eletrônico Informações - SEI e e-mail cadastrado no referido sistema, considerando-se o cadastro realizado pela contratada na assinatura do contrato, conforme Aviso nº 021/2021-DGMP, de 04 de março de 2021.

17.2 O cadastro também será considerado para fins de recebimento de quaisquer notificações oriundas do MPSP.

17.3 Havendo alteração de qualquer informação constante do cadastro, a contratada deverá atualizá-lo o sistema, sob pena de ser considerado o cadastro constante no momento.

CLÁUSULA 18ª – DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

18.1. Nos termos da cláusula contratual - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA, a Contratada deverá observar ainda Resolução nº 1.771/2024 - PGJ de 30 de janeiro de 2024.

18.2. A efetiva implantação das medidas que fazem parte do programa de integridade será comprovada pela contratada ao contratante, por meio da implantação do Plano de Integridade, no prazo de 6 (seis) meses contados da assinatura do último signatário do contrato, podendo o contratante promover verificações, por qualquer meio de prova em Direito admitido, registrando-se no procedimento interno de acompanhamento da execução do contrato, constando no mínimo, as exigências abaixo:

18.3. a instituição de canal de denúncias de irregularidades e de instâncias para sua solução, e o engajamento de seus dirigentes na efetividade do programa de integridade;

18.4. o desenvolvimento periódico de campanhas, palestras e cursos para transmissão e esclarecimento de valores éticos a seus dirigentes e empregados e terceiros vinculados;

18.5. a preservação da confidencialidade das informações sigilosas obtidas em razão da execução do contrato;

18.6. inexistência de trabalho infantil ou de condição análoga de escravo e de discriminação salarial em razão de cor, religião, idade, sexo, orientação ou identificação sexual na gestão de seus recursos humanos;

18.7. evitar e punir o assédio moral e sexual no ambiente de trabalho, assim como discriminações e violência em razão de gênero, raça, cor, idade e credo;

18.8. A ausência de implantação, a implantação parcial ou atrasada, e o descumprimento total ou parcial do programa de integridade sujeitará na aplicação de sanções constantes da Resolução nº 308/03 – PGJ, de 18 de março de 2003, alterada pela Resolução nº 1.780/2024 – PGJ, de 30 de janeiro de 2024, além daquelas previstas no art. 8º da Resolução nº 1.771/2024 - PGJ, de 30 de janeiro de 2024.

CLÁUSULA 19ª – MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL

19.1. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

19.1.1. Critérios de Aceitação

19.1.1.1. Os produtos/serviços serão verificados quantitativamente na entrega para, posteriormente, ser submetida a testes de funcionamento, qualitativos com vistas ao recebimento definitivo.

19.1.1.2. Os produtos/serviços adquiridos deverão funcionar com 100% de suas capacidades/características.

19.1.1.3. Os produtos/serviços serão entregues/executados a partir da realização da contratação e será recebido provisoriamente, até que sejam avaliados e testados, dentro do prazo estabelecido no contrato, por equipe técnica designada, que deverá emitir parecer conclusivo sobre a aceitação dos produtos em questão, o qual caracterizará o aceite definitivo.

19.1.1.4. O recebimento provisório dos produtos será realizado pelo fiscal técnico, através de termo de recebimento.

19.1.1.5. O recebimento definitivo da solução será realizado pelos fiscais requisitante, técnico e administrativo, através de termo de recebimento.

19.1.1.6. Verificar o cumprimento da obrigação da contratada de manter todas as condições exigidas para a habilitação e qualificação na contratação inicial, periodicamente.

19.1.1.7. Verificar se o licenciamento dos produtos está disponível no portal do fabricante em nome da Instituição com a quantidade contratada de cada produto.

19.1.2. Procedimentos de Teste e Inspeção

19.1.2.1. Como metodologia da avaliação da qualidade e da adequação dos produtos de TIC, serão realizados os seguintes procedimentos:

19.1.2.1.1. Testes individuais dos produtos/serviços adquiridos após instalação/execução;

19.1.2.1.2. Testes de acesso dos produtos/serviços adquiridos, para acompanhar a performance dos mesmos: Uma vez implantados, devem ser acompanhados a aplicabilidade dos produtos/serviços adquiridos/executados, sua eficácia e aplicabilidade em casos concretos, bem como o atendimento das solicitações de chamado de suporte técnico e atualização

em garantia. Será medido o atraso na resolução do chamado por meio do confronto entre os relatórios de solicitação e o tempo de atendimento em cada chamado.

19.1.3. Sanções Administrativas e procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

19.1.3.1. Aplicam-se à presente contratação, as sanções e demais disposições previstas na Resolução nº 308/2003 – PGJ, publicado no D.O.E. de 19 de março de 2003, alterada pela RESOLUÇÃO N.º 1.780/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024, cujas cópias são partes integrantes do Contrato, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações e Resolução nº 1.771/2024 – PGJ de 30 de janeiro de 2024.

19.1.3.2. Quando aplicada a multa, esta poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou recolhida, conforme disposto no art. 10 da Resolução nº 308/2003 - PGJ, publicado no D.O.E. de 19 de março de 2003, alterada pela RESOLUÇÃO N.º 1.780/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024.

19.1.3.3. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente, poderão ser aplicadas as penalidades estabelecidas na Cláusula Décima.

19.1.3.4. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que:

19.1.3.4.1. Não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

19.1.3.4.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da Solução de TI, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

19.1.4. Pagamento

19.1.4.1. O pagamento deve ser realizado de acordo com a Cláusula Quinta .

19.1.4.2. No caso de devolução da nota fiscal ou fatura, por sua inexatidão ou da dependência de carta corretiva, nos casos em que a legislação admitir, o prazo fixado no item 5.6. será contado da data de entrega da referida correção.

19.5. Acompanhamento do Contrato

19.5.1. O Acompanhamento da execução do contrato será realizado pela Diretoria de Planejamento e Gestão e Diretoria de Infraestrutura e Operações, por meio da equipe de gestão e fiscalização, conforme Cláusula 12ª, e de acordo com as atribuições previstas na Resolução nº 1.767/2024 – PGJ, de 30 de janeiro de 2024, conforme a seguir:

19.5.1.1. Fiscalização: Responsáveis pelo aceite provisório e aceite definitivo e acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados;

19.5.1.1.1. Aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no contrato, para fins de pagamento

19.5.1.2. Gestão: Coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, à eventual aplicação de sanções e à extinção do contrato.

CLÁUSULA 20ª - DOS REAJUSTES E DA PERIODICIDADE (somente para os itens 4 e 5)

20.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irredutíveis pelo prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 03/10/2025.

20.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, somente em relação aos itens 4 e 5 da cláusula primeira (suporte técnico e horas de suporte técnico sob demanda, respectivamente) de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure um ano a contar da data do orçamento estimado, e

independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPC-FIPE - Índice de Preços ao Consumidor, publicado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

20.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

20.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

20.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

20.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

20.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

20.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20.9 Em caso de revisão contratual, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, o termo inicial do período de reajuste será contado da data em que o reajuste ou a revisão anterior tiver ocorrido.

20.10. No caso de pedido de repactuação de preços ou de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro por parte da CONTRATADA, o prazo para resposta será de 120 (cento e vinte) dias."

CLÁUSULA 21ª - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA 22ª - DOS CASOS OMISSOS

Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA 23ª - DO FORO

Fica eleito o Foro da Capital do Estado de São Paulo, como único competente para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos do presente Contrato, representado por uma das Varas dos Feitos da Fazenda Pública, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem as partes justas e contratadas, lavrou-se o presente instrumento para que produza os efeitos de direito.

**DÊNIS FÁBIO MARSOLA CONTRATADA
PROMOTOR DE JUSTIÇA
DIRETOR-GERAL**

ANEXO I DO CONTRATO

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS DO CONTRATO

O presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS** rege a divulgação de informações entre a

CONTRATADA, _____, estabelecida a _____, Município _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representada por _____ ao final assinado, e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, com sede na Rua Riachuelo nº 115, CEP nº 01007-904, nesta Capital, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.468.760/0001-90, doravante denominado MPSP, neste ato, por seu representante legal ao final assinalado, o qual, a partir do reconhecimento deste ato, dá conhecimento e estabelece as regras de confidencialidade e de proteção de dados a serem observadas pelas partes:

1) A CONTRATADA DECLARA e compromete-se:

a) A cumprir rigorosamente as normas regulamentares sobre a utilização dos meios e infraestrutura, bem como as diretrizes estipuladas pelo MPSP, especialmente aquelas contidas na Resolução nº 1.299/2021 – PGJ, de 13 de janeiro de 2021, alterada pela Resolução nº 1.766/2024 – PGJ, de 29 de janeiro de 2024, mantendo a confidencialidade em relação a toda a documentação e à coleta de dados pessoais (sensíveis ou não) indispensáveis à prestação do serviço, se houver. Os dados assim coletados, bem como os dados pessoais sensíveis, somente poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, conforme disposto, respectivamente, nos artigos 8º, § 1º e art. 11, incisos I e II, da LGPD, e, em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins. Não haverá a possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades (inciso I do art. 6º da LGPD), bem como serão consideradas nulas as autorizações genéricas (§ 4º do art. 8º da Lei nº 13.709, 2018). A CONTRATADA, nos termos do art. 7º, § 5º, da LGPD, obriga-se a obter o consentimento do(s) respectivo(s) titular(es), sempre que a disponibilização dos dados ao MPSP assim o requerer. Em se tratando de dados disponibilizados pelo MPSP à CONTRATADA, o MPSP obterá o consentimento do(s) respectivo(s) titular(es), sempre que a lei assim o requerer, após solicitação da contratada;

b) A armazenar os dados obtidos em razão deste contrato em um banco de dados seguro, mantido em território nacional, com transparente identificação do perfil dos credenciados, garantindo-se a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer tempo, de desvios e falhas, vedado seu compartilhamento com terceiros;

c) Não divulgar as informações obtidas nas atividades exercidas junto ao MPSP, exceto quando expressamente autorizada pelo MPSP;

d) Não permitir que qualquer pessoa manuseie qualquer documento físico ou eletrônico que componha ou tenha resultado de atividades do MPSP, exceto se devidamente autorizada;

e) Não explorar, em benefício próprio ou de terceiros, informações e documentos adquiridos através da participação em atividades do MPSP;

2) DECLARA, AINDA, CIÊNCIA de que:

f) Qualquer divulgação oral ou eletrônica, que acompanhe a informação escrita, também será considerada Informação Confidencial. Se a informação for divulgada oral ou eletronicamente sem documentação escrita acompanhando, também será considerada Informação Confidencial, salvo manifestação expressa em contrário da Parte Divulgadora quando da divulgação;

g) Dará conhecimento formal aos seus empregados, representantes, prepostos, consultores ou qualquer terceiro que tenha conhecimento da presente contratação, das obrigações e condições acordadas neste item, bem como da Política de Privacidade do MPSP, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais (sensíveis ou não) de que trata a presente cláusula, responsabilizando-se por toda e qualquer operação realizada em desacordo com a Lei nº 13.709/2018 e/ou outros normativos que venham a entrar em vigor sobre proteção de dados;

h) As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, inerentes ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais. Ao MPSP, por sua vez, é reservada a prerrogativa de monitorar e auditar quaisquer atividades que envolvam dados ou informações cuja perda ou vazamento possa trazer graves implicações ao MPSP ou consequências administrativas, civis ou criminais aos responsáveis por sua violação, notadamente por meio do representante especialmente designado, a que se refere o art. 117 da Lei 14.133/2021 (Licitações e Contratos Administrativos);

i) Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA providenciará seu descarte de forma segura, comunicando o MPSP;

j) A CONTRATADA deverá comunicar ao MPSP, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente

que implique violação ou risco de violação de dados pessoais sensíveis ou não, a fim de viabilizar a adoção das providências devidas;

k) As partes se comprometem a adotar as melhores práticas de Proteção de Dados, conforme Lei nº 13.709/2018 e/ou outros normativos que venham a entrar em vigor sobre proteção de dados;

l) O MPSP deverá, considerando os meios tecnológicos disponíveis e adequados às suas atividades, a natureza dos dados armazenados e os riscos a que estão expostos, adotar medidas físicas e lógicas, de caráter técnico e organizacional, a fim de prover a confidencialidade e a segurança de seus dados, evitar sua alteração, perda, subtração ou acesso não autorizado, bem como a violação da privacidade dos sujeitos titulares dos dados;

m) O descumprimento das obrigações relacionadas à confidencialidade e à segurança de dados, de informações e sistemas, mediante ações ou omissões, intencionais ou acidentais, que impliquem perda, destruição, inserção, cópia, acesso ou alterações indevidas, independentemente do meio no qual estejam armazenados, em que trafeguem ou do ambiente em que estejam sendo processados, determinará a responsabilização, na forma da lei, de seus dirigentes e funcionários envolvidos, sem prejuízo das sanções estabelecidas, no presente contrato. Desse modo, as partes responderão administrativa e judicialmente, e, em solidariedade com os agentes de tratamento, estes conceituados nos incisos VI, VII e VIII do art. 5º da Lei nº 13.709/2018, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD, conforme previsto em seu art. 42, § 1º, inciso I;

n) O presente Acordo somente poderá ser alterado mediante consentimento mútuo e Aditamento por escrito, assinado por ambas as partes. As obrigações de confidencialidade contidas no presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS se perpetuarão por tempo indeterminado, independente do término da vigência do CONTRATO."

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VII

RESOLUÇÃO Nº 1.771/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024

Dispõe sobre a implantação de programa de integridade nas contratações do Ministério Público do Estado de São Paulo. O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO que consulta o interesse público adotar no Ministério Público do Estado de São Paulo a implantação de programa de integridade no âmbito de suas contratações, nos termos do § 4º do art. 25 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

CONSIDERANDO que a exigência de programa de integridade é garantia de ética, transparência, honestidade, e responsabilidade do setor privado em suas relações com o poder público, e atende a modernas técnicas de governança, cujo estímulo é oportuno e conveniente;

CONSIDERANDO que, em particular, o programa de integridade tem como funcionalidades a mitigação de riscos, de lesões, de condutas imorais, e de prejuízos com a rescisão ou alteração de contratos, bem como a garantia de prevenção, competitividade e eficiência;

CONSIDERANDO a autonomia constitucional do Ministério Público, RESOLVE:

Art. 1º. Esta Resolução disciplina a exigência de implantação de programa de integridade nas contratações do Ministério Público do Estado de São Paulo. Parágrafo único. Programa de integridade é o conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes, com objetivo de:

I - prevenção, detecção e sanção de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública; e

II - fomento e manutenção de cultura de integridade no ambiente organizacional.

Art. 2º. A exigência deverá constar do edital e deverá ser implementada pelo vencedor da licitação no prazo de 06 (seis) meses, contado da celebração do contrato.

Art. 3º. O edital e o contrato indicarão as medidas que deverão ser adotadas, a forma de comprovação e as penalidades por seu descumprimento, sem prejuízo das regras estabelecidas nesta Resolução e, no que couber, pela regulamentação estadual da matéria, e daquelas tomadas por iniciativa própria da licitante.

Art. 4º. A exigência terá cabimento nas seguintes contratações com prazo superior a 06 (seis) meses:

I – cuja licitação foi objeto de dispensa, ressalvadas as de pequeno valor, ou inexigibilidade;

II – com necessidade de relatório prévio de impacto ambiental ou de vizinhança;

III – assim indicadas na legislação ou regulamentação estadual, no que couber;

IV – para execução de obras ou que tenha por objeto a tecnologia da informação e de comunicação;

V – cujo valor global seja superior a R\$ 1.000.000,00;

VI – com alto grau de matriz de risco, a ser definida mediante prévio exame técnico;

VII – precedidas de licitação na modalidade diálogo competitivo;

§ 1º. A implantação de programa de integridade também poderá ser exigida de partícipes da instituição, integrantes dos setores privado e público não estatal, em convênios, termos de cooperação ou ajustes similares.

§ 2º. O valor indicado no inciso V deste artigo poderá ser revisto por resolução do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 5º. O desenvolvimento de programa de integridade pelo licitante é critério de desempate na licitação, nos termos e na ordem estabelecida pelo inciso IV do art. 60 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Art. 6º. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade:

I - será considerada na aplicação das sanções ao licitante ou contratado, nos termos do inciso V do § 1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;

II - é condição de reabilitação do licitante ou contratado no caso das sanções aplicadas por infração aos incisos VIII e XII do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, de acordo com o parágrafo único de seu art. 163.

Art. 7º. Constituem medidas do programa de integridade, sem prejuízo de outras previstas nos termos do art. 3º desta Resolução, cumulativamente exigíveis ou não conforme previsão no edital e no contrato:

I – a instituição de canal de denúncias de irregularidades e de instâncias para sua solução, e o engajamento de seus dirigentes na efetividade do programa de integridade;

II – o desenvolvimento periódico de campanhas, palestras e cursos para transmissão e esclarecimento de valores éticos a seus dirigentes e empregados e terceiros vinculados;

III - a identificação prévia de situação de conflito de interesses de dirigentes ou empregados com membros ou servidores da instituição, e a tomada de providências para seu equacionamento;

IV – a apresentação mensal da comprovação de sua regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;

V – a preservação da confidencialidade das informações sigilosas obtidas em razão da execução do contrato;

VI – a comunicação à instituição, no prazo definido no contrato, de investigações ou processos pela prática de atos de improbidade administrativa ou lesivos à Administração Pública, danos ambientais, ao consumidor, à concorrência, à ordem econômica, à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos, e dos correlatos, e inclusive de composições firmadas;

VII – a inexistência de trabalho infantil ou de condição análoga de escravo e de discriminação salarial em razão de cor, religião, idade, sexo, orientação ou identificação sexual na gestão de seus recursos humanos;

VIII – a execução dos objetivos do desenvolvimento sustentável no âmbito de suas relações com a concorrência, a clientela, o quadro de recursos humanos, e o público em geral;

IX – a comunicação de imperfeições na execução do contrato e de denúncias de irregularidades ou comportamentos antiéticos atribuídos a agentes públicos;

X – o estabelecimento de padrões de conduta em código de ética, políticas e procedimentos, aos dirigentes, administradores, empregados, e eventualmente terceiros, como prestadores de serviços ou fornecedores de bens, agregada à sanções disciplinares em caso de violação do programa de integridade;

XI – a existência de:

a) gestão adequada de riscos, incluindo sua análise e reavaliação periódica, para a realização de adaptações necessárias ao programa de integridade e a alocação eficiente de recursos;

b) registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações;

c) controles internos que assegurem a pronta elaboração e a confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiras;

d) procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros, como pagamento de tributos, sujeição a fiscalizações ou obtenção de autorizações, licenças, permissões e certidões;

e) independência, estrutura e autoridade da instância interna responsável pela aplicação do programa de integridade e pela

fiscalização de seu cumprimento;

f) procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidades ou infrações detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados;

XII – o monitoramento contínuo do programa de integridade visando ao seu aperfeiçoamento na prevenção, na detecção e no combate à ocorrência de atos reprováveis;

XIII – a adoção de providências para:

a) assegurar a acessibilidade das pessoas com deficiência, inclusive em seus recursos humanos;

b) evitar e punir o assédio moral e sexual no ambiente de trabalho, assim como discriminações e violência em razão de gênero, raça, cor, idade e credo;

XIV – a proibição de doação de vantagens indevidas, inclusive presentes, a membros ou servidores da instituição;

XV – a vedação de relação de união matrimonial ou estável ou de parentesco, consanguíneo ou afim, até o quarto grau, de seus dirigentes ou administradores com membro integrante da Administração Superior ou servidor diretamente relacionado à licitação ou ao contrato.

Parágrafo único. A efetiva implantação dessas medidas será comprovada pela contratada ao contratante, no prazo fixado no contrato, podendo este promover verificações, por qualquer meio de prova em Direito admitido, registrando-se no procedimento interno de acompanhamento da execução do contrato.

Art. 8º. A ausência de implantação, a implantação parcial ou atrasada, e o descumprimento total ou parcial do programa de integridade implicará nas seguintes consequências e sanções, aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo do previsto na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021:

I – multa, de 5% a 10% do valor do contrato;

II – rescisão unilateral do contrato;

III – assunção de obrigação pecuniária em prol de projetos de interesse público ou social;

IV – colaboração, inclusive econômica, em cursos, seminários e demais eventos relacionados a programas de integridade.

§ 1º. A aplicação das sanções previstas depende de decisão motivada em processo administrativo, desenvolvido sob o influxo do contraditório, garantida ampla defesa, observados a proporcionalidade e, no que couber, os parâmetros de dosimetria das sanções da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, da Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, e da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942).

§ 2º. As quantias devidas relativamente às sanções previstas neste artigo poderão ser retidas de eventuais créditos do contratado ou descontadas da garantia.

Art. 9º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO VIII

MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA DA DECLARAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E DAS NORMAS DE SEGURANÇA

Por meio deste termo, eu, CPF. nº, Representante Legal (Sócio) da empresa, CNPJ, declaro sob as penas da Lei, que em virtude da execução do objeto do Pregão Eletrônico nº /2025, manterei sigilo sobre dados e informações de natureza sigilosa e ainda declaro ciência de que:

Fica proibida a veiculação e comercialização dos produtos e informações geradas relativas à execução do objeto, salvo se houver a prévia autorização por escrito da CONTRATANTE.

Deverá ser mantido o sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, códigos fonte ou artefatos contidos em quaisquer documentos/mídias de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela CONTRATANTE a tais documentos.

Deverá ser exigido do profissional da CONTRATADA que tiver acesso aos sistemas/dependências da CONTRATANTE a assinatura de Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados (Anexo I do Contrato), comprometendo-se a não divulgar nenhum assunto tratado nas dependências da CONTRATANTE ou a serviço desta, salvo se expressamente autorizado.

O profissional da CONTRATADA que tiver acesso à estrutura computacional disponibilizada pela CONTRATANTE deverá observar que esta não poderá ser utilizada para fins particulares e que a navegação em sítios da Internet e as correspondências em meio eletrônico utilizando endereço da CONTRATANTE ou acessadas a partir dos seus equipamentos poderão ser auditadas.

O profissional da CONTRATADA que prestar serviços na CONTRATANTE deverá assinar Termo de Confidencialidade e

Proteção de Dados (Anexo I do Contrato) declarando total obediência às normas de segurança vigentes, ou que venham a ser implantadas, a qualquer tempo, no âmbito da CONTRATANTE.

Deverá observar as normas de segurança institucionais da contratante.

Local e data:

.....
Representante Legal

Obs.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da empresa. Quando a empresa licitante não possuir papel timbrado, deverá fazer sua identificação na folha com, no mínimo a razão social, número do CNPJ, endereço, telefone e e-mail.

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE O SUBITEM 1.13.3.2.1 DO ITEM 1.13 DO TERMO DE REFERÊNCIA

Eu, (nome completo), CPF nº....., representante legal da empresa (nome da pessoa jurídica), interessada em participar do Pregão nº/2025, do Ministério Público do Estado de São Paulo, DECLARO, sob as penas da lei, que a (nome da pessoa jurídica), sagrando-se vencedora do certame, tem disponibilidade de apresentar, na data da assinatura do contrato, o seguinte documento:

- a) Para o item 01: Certificação de profissional técnico na solução proposta, emitido pelo fabricante ou por entidade por ele reconhecida ou autorizada, comprovando a habilitação e qualificação técnica para atuar na implantação, instalação, configuração e suporte da solução de Gerenciamento de Políticas de Segurança de Rede (NSPM) ofertada.

São Paulo, de de 2.026

(Carimbo da empresa, nome e cargo da pessoa que assina)

Obs.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da empresa. Quando a empresa licitante não possuir papel timbrado, deverá fazer sua identificação na folha com, no mínimo a razão social, número do CNPJ, endereço, telefone e e-mail.



Documento assinado eletronicamente por **DENIS FABIO MARSOLA, Diretor-Geral**, em 18/05/2026, às 17:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei Federal 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [neste site](#), informando o código verificador **16667462** e o código CRC **DF3CA1B0**.

29.0001.0108979.2025-49

16667462v2